PROIBIDA COMERCIALIZAÇÃO
Filosofia da Religião
5
Planos de aula
Claretiano
CENTRO UNIVERSITÁRIO
JOHNS HOPKINS
CENTER for TALENTED YOUTH
SQUIRE FAMILY FOUNDATION
Advancing Philosophy Education

SUMÁRIO

PLANOS DE AULA

Esta série de planos de aula de Filosofia é composta pelos seguintes módulos:

Ética

Ética Aplicada

Epistemologia

Estética

Filosofia da Religião

Filosofia Política

Livre Arbítrio

Filosofia da Ciência

Método Filosófico

Identidade Pessoal

Filosofia da Mente

APRESENTAÇÃO

É comum ouvirmos nos diálogos a respeito das possibilidades de investigação e questionamento filosófico sobre os hábitos e preferências culturais que possuímos na sociedade brasileira atual a questão da dificuldade ou, até mesmo, a impossibilidade de se discutir o fenômeno da fé ou da religião. Dado o fato de que esse tema lida com crenças, sentimentos e valores que calam fundo na sensibilidade de muitos, tornou-se, aqui e ali, um verdadeiro tabu a sua investigação. No entanto, considero que a ausência dessa investigação somente apequena a grandeza dessas duas grandes manifestações culturais e existenciais humanas. Para responder a essa necessidade do trato filosófico a respeito do fenômeno religioso, ao longo desse material didático, a equipe de especialistas que atuou na construção deste material, no projeto formulado pela Squire Family Foundation e levado a cabo pela Johns Hopkins Center for Talented Youth, produziu um conjunto sistematizado e muito bem estruturado a respeito das grandes questões produzidas pela filosofia a respeito do fenômeno religioso. Seus autores se destacam por trazerem a objetividade como característica marcante da abordagem didática adotada neste material, em que são tratados os grandes temas presentes nessa discussão. Dentre estes, destaco a relação existente entre fé e razão, as especificidades existentes ao teísmo, ateísmo e agnosticismo, a experiência religiosa, a natureza e o alcance do bem e do mal e os inúmeros posicionamentos filosóficos que buscaram fundamentar e validar filosoficamente o fenômeno da fé ou, no caminho inverso, os posicionamentos filosóficos que buscaram questionar essa possibilidade de fundamentação. Destaco, ainda, a originalidade das atividades propostas e das tarefas extraclasse, fundamentadas em inúmeros autores que, por si só, dado o fato de que muitos deles constituem referenciais diferentes dos costumeiramente utilizados em língua portuguesa, apresentam uma nova possibilidade de análise sobre esses temas. Por meio do oferecimento deste módulo aos professores de Filosofia, espero que ele contribua para a construção de uma investigação aprofundada e relevante, que favoreça cada vez mais o florescimento de um ensino que oportunize o debate respeitoso, a exposição bem sustentada de ideias e o exercício do questionamento tipicamente filosófico dentro do espaço educativo brasileiro.

Prof. Dr. Edson Renato Nardi

Coordenador do curso de Filosofia do Claretiano – Rede de Educação

DIA 1 – INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Conteúdo:	Método:
1. Discussão sobre investigar tópicos sensíveis	**1.** Discussão dirigida (5 minutos)
2. Reflexão sobre o conceito de Deus	**2.** Abertura de exercícios (30 minutos)
3. Introdução à filosofia da religião: pontos de vista sobre a existência de Deus e outras questões	**3.** Palestra interativa (10 minutos)
4. Fé e razão	**4.** (5 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é fazer com que os alunos reflitam seus pensamentos sobre a religião, especialmente a natureza de Deus, e introduzir o ramo da filosofia conhecida como filosofia da religião.

Objetivos e conceitos-chave

- Os alunos devem poder expressar o que acreditam sobre a natureza de Deus.
- Os alunos devem entender quais as questões que estão sendo feitas na filosofia da religião e posições comuns tomadas sobre essas questões.
- Os alunos devem refletir sobre como devemos abordar metodologicamente as questões relativas à religião.
- Conceitos-chave: Deus, Teísmo, Ateísmo, Agnosticismo, Fé, Razão, Teísmo clássico, Panteísmo, Concepções da Nova Era.

1. DISCUSSÃO: INVESTIGANDO TÓPICOS SENSÍVEIS

Dirija uma discussão sobre ser respeitoso ao explorar questões sobre as quais alguns alunos podem ter crenças fortes. Lembre os alunos de que os filósofos criticam os argumentos em vez de atacar as pessoas. Consulte a unidade de métodos filosóficos no início do curso. Também os lembre de que, em filosofia, exploramos grandes e importantes questões para aprender e porque pode ser significativo, mas que ninguém será obrigado a revelar suas crenças pessoais se isso o deixa desconfortável. Permita que os alunos discutam mais regras básicas e pontos de etiqueta para esta unidade.

2. ATIVIDADE: O QUE É DEUS?

Reflexão: pensamento individual/escrita

Peça aos alunos que pensem por alguns minutos sobre o conceito de Deus e escrevam algumas notas sobre as seguintes questões:

1. Que propriedades/qualidades Deus tem, o "Deus-clássico" (ou judeu-cristão ou abraâmico)?
2. Que outras concepções de Deus poderiam ter? Quais são as qualidades dessas concepções de Deus?

Você pode querer pensar sobre o termo que deseja usar ou querer usar mais de um. A ideia é ser claro quando nos referimos ao Deus do judaísmo, do cristianismo e do Islã, enquanto não

ofendamos as crenças de ninguém.

Atividade: estudantes trocam de grupos

Enquanto os alunos estão refletindo, ou antes, coloque papel de cartolina, cartazes ou páginas gigantes em branco em alguns locais. Em uma estação, os alunos devem escrever qualidades do Deus Clássico-Teísta. Na outra estação, os estudantes devem escrever outras concepções de Deus e suas qualidades. Os alunos devem ser autorizados a trocar de um lado para o outro entre as estações (grupos) e ser encorajados a discutir entre si as ideias que estão sendo colocadas no papel.

Se sua classe é grande, você pode configurar várias estações (grupos) para cada tópico.

Discussão

Use as ideias escritas nos jornais das estações como instruções para discutir esses tópicos. Os objetivos incluem mostrar a diversidade do que as pessoas podem ter de significado de Deus; mostrando que mesmo para aqueles que acreditam em um Deus Clássico-Teísta é difícil chegar a um consenso, definição clara de Deus; mas, ao mesmo tempo, busque criar uma ligação sobre o argumento ontológico ao analisar algumas das qualidades mais centrais para a concepção clássica-teísta de Deus.

Diferentes concepções que devem ser discutidas incluem:

a) **Teísmo clássico:** este é o conceito de Deus abraçado pelas principais religiões monoteístas: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Deus é o criador do universo, e assim se separa do universo. Deus é como uma pessoa (o homem é feito à imagem de Deus), mas onisciente, onipotente e onibenevolente. Deus executa atos (milagres).

b) **Panteísmo:** Deus e a natureza são um só (Deus não está separado do universo); Deus está em toda parte. Essa concepção é adotada por algumas religiões asiáticas e alguns românticos.

c) **Concepção da Nova Era:** esta é uma categoria ampla e difusa que se aplica a muitos que pensam em Deus como um guia pessoal e espiritual. Muitas vezes, aqueles que acreditam em um Deus da Nova Era se distinguem entre religião e espiritualidade.

3. FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Realize uma palestra interativa fornecendo um roteiro para o campo da filosofia da religião. Pergunte aos alunos quais são as questões filosóficas que eles pensam ser importantes para se perguntar sobre religião. Organize problemas como introdução ao módulo.

Obviamente, um dos objetivos da filosofia da religião é esclarecer o que queremos dizer com o termo Deus. Além disso, tradicionalmente, muito se concentrou no que a razão nos diz sobre a verdade ou a falsidade do teísmo clássico, ou se a razão é capaz de resolver a questão. Então, talvez a questão central na filosofia da religião seja: existem bons motivos para acreditar na existência de Deus? Existem três respostas principais:

a) **Teísmo:** sim, há boas razões para pensar que existe um ser supremo.

b) **Ateísmo:** existem boas razões para pensar que não existe um ser supremo.

c) **Agnosticismo:** a Razão não pode estabelecer se existe ou não um ser supremo; não podemos saber se Deus existe.

Seguindo o que tradicionalmente tem sido o foco na filosofia da religião, esta unidade se concentrará em argumentos para e contra o teísmo clássico. Esses argumentos podem ser categorizados da seguinte forma:

Argumentos para o teísmo clássico

1. Argumentos *a priori*

   a) **Argumento ontológico**: é contraditório afirmar que Deus não existe (por causa da natureza do conceito/definição de Deus).

2. Argumentos *a posteriori*

   a) **Argumento da experiência religiosa**: nossas experiências pessoais de Deus sugerem que Deus existe.

   b) **Argumento cosmológico**: Deus (concebido como um ser necessário ou um motor principal impassível, ou seja, uma primeira causa) fornece a melhor explicação de por que o universo existe.

   c) **Argumento Teleológico (ou Argumento do Arquiteto, ou Arquiteto Inteligente)**: o Arquiteto e a ordem da natureza podem ser melhores explicados por Deus com este desempenhando o papel de arquiteto.

3. Argumentos pragmáticos

   a) **Aposta de Pascal**: o valor esperado de acreditar em Deus é positivo e grande (infinito, de fato) e, portanto, é nosso interesse prudencial acreditar em Deus.

Argumentos contra o teísmo clássico

1. **O problema do mal**: por que Deus permite o mal (dor e sofrimento de seres inocentes)?

   a) O problema lógico do mal: uma vez que Deus é onipotente e onibenevolente, a existência do mal torna a existência de Deus logicamente impossível.

   b) O problema da evidência do mal: a existência do mal torna improvável a existência de Deus.

Os argumentos acima se referem diretamente se o teísmo clássico é verdadeiro ou falso. Uma questão relacionada e muito interessante é o papel que a fé e a razão desempenham ao abordar esta e outras questões. Devemos insistir em ter boas razões para acreditar na existência de Deus, ou é aceitável acreditar com base na fé? Esse é outro tópico que será abordado neste módulo.

Há outras questões mais específicas que também fazem parte da filosofia da religião. Por exemplo, o que é um milagre e como sabemos quando ocorreu? Há também paradoxos da onipotência, tais como: Deus pode criar uma rocha tão pesada que mesmo ele não pode levantar? Seus alunos podem apresentar mais questões.

4. FÉ E RAZÃO

Tendo discutido quais questões são fundamentais para a filosofia da religião – principalmente, se o Deus clássico-teísta existe e quais padrões (de razão) se deve exigir para a crença – agora você deve abordar brevemente uma questão de como a classe explorará essas questões. Mais tarde, nesta unidade, haverá várias lições enfocando profundamente a fé e a racionalidade – o debate sobre se a crença em Deus, em última análise, requer razões (é realmente um debate mais amplo sobre o que os padrões devem ser para a crença em geral e, portanto, se relaciona com a epistemologia). Essa discussão não pretende realmente abordar esse debate em profundidade ainda. Em vez disso, pretende justificar brevemente a abordagem filosófica das questões de religião, como é obvio nessas lições.

Você deve aplicar uma palestra interativa. Reconheça que muitas pessoas sentem que as crenças religiosas são apenas uma questão de fé pessoal e não devem ser examinadas pelos pressupostos racionais. Na verdade, alguns intelectuais apoiaram essa abordagem fideísta (sem dúvida, Kierkegaard, por exemplo). No entanto, ser extremo nessa direção é problemático. Existem boas razões para pensar que todos nós temos a obrigação de analisar nossas crenças religiosas por meio da razão, especialmente nesses momentos em que a religião às vezes é usada para criar divisões ou para fins perigosos. Você pode pedir aos alunos que considerem este exemplo: alguém que o aluno conhece se juntou a um grupo religioso radical que considera a educação o trabalho do diabo e, portanto, defende a destruição das escolas. O aluno encontra essa pessoa a caminho da escola com uma bomba. O aluno provavelmente vai tentar detê-lo. Supondo que o aluno não possa dominá-lo e não há policiais ao redor, o aluno provavelmente sentirá que ele ou ela precisa convencer essa outra pessoa, através do uso de argumentos, de que ela está enganada em suas crenças. Então, isso é dizer que o aluno quer que a outra pessoa se envolva em um exame fundamentado das crenças religiosas. É justo esperar o mesmo de nós mesmos. No final, você também pode garantir aos alunos que o objetivo não será tentar convencer qualquer um deles a mudar suas crenças, mas sim explorar como examinar opiniões em geral.

Prática/dever de casa

Peça aos alunos que imaginem sua própria ilha perfeita. Peça-lhes para escrever uma breve descrição do que seria a sua ilha perfeita e desenhar uma imagem ou um mapa dela.

DIA 2 – ARGUMENTO ONTOLÓGICO

Conteúdo:	Método:
1. A ilha perfeita	**1.** Apresentações/atividades abertas (15 minutos)
2. O argumento ontológico	**2.** Palestra (15 minutos)
3. Objeções ao argumento ontológico	**3.** Discussão (20 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é compreender o argumento ontológico, que é um argumento *a priori* para a existência de Deus. Algumas críticas iniciais do argumento ontológico também são introduzidas e discutidas.

Objetivos e conceitos-chave

- Os alunos devem entender o argumento ontológico.
- Os alunos devem entender algumas críticas iniciais do argumento ontológico.
- Conceitos-chave: Ontologia, Existência, Perfeição, Necessário, Contingente.

1. A ILHA PERFEITA

Peça aos alunos que coloquem sua descrição, desenho ou mapa da sua ilha perfeita na parede ao redor da sala. Tire voluntários para apresentar suas ilhas perfeitas ao resto da turma. A classe pode se reunir em torno da descrição/desenho/mapa. Permita alguns minutos para que os alunos caminhem e olhem as descrições remanescentes que não foram apresentadas. Explique que hoje você estará pensando sobre o que significa dizer que Deus é perfeito (ou maior que qualquer outra coisa), e que, como uma classe, você retornará às ilhas perfeitas mais tarde hoje.

2. O ARGUMENTO ONTOLÓGICO

O argumento ontológico é um argumento muito interessante para a existência de Deus, na medida em que é um argumento *a priori* e não *a posteriori*. Em outras palavras, a alegação é que é uma contradição pensar que Deus não existe – uma afirmação muito ousada. Em primeiro lugar, o argumento ontológico pode parecer muito intrigante e complicado porque é abstrato, mas com um pouco de trabalho, ele geralmente acaba por ser razoavelmente fácil de entender. O nome do argumento vem da "ontologia", que é o ramo da metafísica que estuda o que existe.

O argumento ontológico foi originalmente proposto por São Anselmo (1033-1109). Houve muitas versões propostas desde então, algumas das quais se tornaram bastante complexas. No entanto, vamos focar na original, que é mais atraente.

O argumento ontológico começa com a afirmação de que temos uma ideia de Deus. A suposição é que mesmo um ateu que nega a existência de Deus deve ter uma ideia do que Deus é para afirmar que Deus não existe – caso contrário, o que o ateu afirmaria que não existe? (Se realmente temos uma concepção coerente de Deus é uma boa pergunta à qual voltaremos mais adiante). Aqui você pode fazer referência à discussão de ontem sobre a natureza de

Deus. Anselmo sugere que a ideia mais razoável de Deus (que teístas e ateus podem concordar) é que (ou um ser) é maior que qualquer outro ser que possa ser concebido. Nada pode ser maior do que Deus, nem mesmo podemos imaginar.

Mas, segundo Anselmo, a existência na realidade é maior do que a existência apenas na compreensão, ou, para colocá-la mais simplesmente, existir é melhor do que não existir. O que é melhor, uma nota de vinte dólares no bolso ou a ideia de um valor imaginário de vinte dólares? O que é melhor, um carro esportivo na minha frente, talvez mesmo com alguns arranhões, ou a ideia de um carro esporte impecável, mas não real? De acordo com Anselmo, se algo existe apenas no entendimento, é possível conceber algo maior, ou seja, o mesmo que realmente existe.

Então, suponhamos que Deus não exista. Então, podemos conceber um ser que é maior, ou seja, um como Deus, mas que existe. Mas isso contradiz a própria definição de Deus – um ser do qual nada maior pode ser concebido. Assim, é uma contradição afirmar que Deus não existe, então Deus deve existir. (Note que o argumento não é que Deus existe, mas que Deus deve necessariamente existir!).

Aqui está uma maneira formal de caracterizar o argumento:

- Temos uma ideia de Deus, que é, por definição, um ser maior do que qualquer outro ser que se possa ser concebido.

- Se Deus não existe, então a ideia de Deus existe apenas no entendimento, mas não na realidade.

1. Assim sendo,

- Se Deus não existe, a ideia de um ser maior do que qualquer outro ser que se possa ser concebido existe apenas no entendimento, mas não na realidade.

- Se algo existe apenas no entendimento, mas não na realidade, então é possível conceber algo maior do que este.

2. Assim sendo,

- Se Deus não existe, então é possível conceber algo maior que um ser maior do que qualquer outro ser que se possa ser concebido.

- É impossível conceber algo maior do que um ser do qual nada maior pode ser concebido.

3. Assim sendo,

- É impossível que Deus não exista (isto é, Deus existe).

3. DISCUSSÃO: OBJEÇÕES AO ARGUMENTO ONTOLÓGICO

Pergunte aos alunos o que eles pensam do argumento ontológico. Eles estão convencidos? Pergunte-lhes se há algo que eles possam ver que parece ter dado errado no argumento. Muitas pessoas respondem intuitivamente que o argumento ontológico parece algum truque sofisticado. Mas é difícil ver exatamente onde pode ter errado. Usando as respostas dos alunos como ponto de partida, facilite uma discussão sobre as seguintes questões de objeção/discussão.

O conceito de Deus

Uma crítica simples (que os alunos podem trazer – se não, você deveria) é questionar se realmente temos uma concepção coerente de Deus. Hume, por exemplo, argumentou que podemos ter ideias claras de cães ou gatos, uma vez que essas ideias são derivadas de im-

pressões sensoriais, mas esse não é o caso de Deus. Podemos propor uma definição de Deus, mas, mesmo com uma definição, temos apenas uma ideia difusa de que tipo de Deus é Deus (consulte a discussão da lição de ontem). Essa crítica questiona o próprio fundamento (primeiro passo) do argumento ontológico, em que temos uma ideia de Deus. Muitas pessoas contestam que não ter uma impressão sensível ou ser capaz de formar uma imagem mental não é necessário para entender uma ideia; a definição pode ser suficiente. Lembre-se de que Hume era um empirista e, assim, ele prioriza conceitos provenientes de impressões sensoriais. Pergunte aos alunos se eles podem pensar em algo mais para o qual temos uma concepção clara apenas de uma definição do que uma ideia a partir de uma experiência. Um bom exemplo é o maior número natural; temos uma boa compreensão desse conceito, que podemos provar que não existe.

Pergunta para discussão

Pergunte aos alunos se eles acham que temos uma concepção clara de Deus dessa maneira, semelhante ao maior número natural, ou se o exercício de ontem fez com que pensassem que não temos uma ideia tão clara. Se os alunos parecerem fixados em uma lista tradicional de qualidades para um deus clássico-teísta, você pode fazer o papel do advogado do diabo para estimular mais discussões, perguntando se os paradoxos da onipotência (por exemplo, Deus pode criar uma pedra que ele mesmo não consegue levantar?) sugerem que não somos capazes de compreender um conceito claro de Deus. Se os alunos parecem muito rápidos em renunciar às pessoas que têm um conceito claro de Deus, faça o papel do advogado do diabo, perguntando por que a definição (aquilo que nada maior pode ser concebido) não funciona perfeitamente bem, mesmo que não possamos trabalhar todos os detalhes por causa das limitações do intelecto humano comparado a Deus.

As afirmações da existência são sintéticas

Outro tipo de crítica que Hume criou foi a de que a existência afirma, pela sua natureza, que não deve ser analítica. (Ou ele poderia dizer que não deveria ser *a priori* – esses termos não significam o mesmo, mas, no tempo analítico de Hume e *a priori*, pensavam que sempre seguiam juntos e se pensava que sempre se juntasse à parte sintética e *a posteriori*. Ler o módulo de epistemologia para definições e mais informações). A ideia é que, quando alguém diz que algo existe – digamos um urso polar – significa afirmar que existem certos objetos no mundo que correspondem ao conceito de ursos polares. Para descobrir se isso é verdade, parece que precisamos fazer mais do que analisar o conceito de ursos polares; precisamos realmente sair no mundo e observar. Portanto, as afirmações da existência são sintéticas e não analíticas. (Embora eles provavelmente não usarão essa terminologia e você precisará realmente ajudar a provocar o ponto principal, os alunos também podem apresentar essa objeção. Obviamente, se não, você deveria).

Pergunta para discussão

As afirmações da existência devem ser sintéticas? Deus poderia necessariamente existir pela natureza especial do conceito? Em primeiro lugar, a crítica de Hume parece bastante persuasiva. No entanto, o próprio argumento ontológico é, em certo sentido, um argumento direto de que Deus é um caso especial. Enquanto "os ursos polares existem" é bastante claro, Hume não nos deu uma razão para excluir exceções em casos especiais, e Deus nos confronta com um caso único. Pode-se concordar com Hume para todos os casos comuns, mas pense que Deus é o único caso para o qual a afirmação de que Deus existe é analítica. À medida que você facilita essa discussão, você deve tentar garantir que os alunos compreendam a atração das críticas de Hume, mas você também deve dirigir a discussão para a possibilidade de que Deus possa ser um caso especial. Para fins pedagógicos, não queremos que essa objeção pareça esmagadora (historicamente, foi algo influente, mas geralmente não se pensa que seja muito forte) porque amanhã vamos apresentar uma objeção que pisa em um território similar, mas é muito mais forte.

Prática/dever de casa

Para a próxima aula, os alunos devem pensar e escrever respostas curtas para as seguintes questões:

- A sua ilha perfeita foi realmente perfeita? Se você continuasse pensando nisso, você poderia adicionar mais à descrição que o tornaria "mais perfeito"?
- Você acha que sua ilha perfeita realmente existe? Por que ou por que não?
- A existência faz parte da sua descrição da sua ilha perfeita? Por que ou por que não?

DIA 3 – RESPOSTAS AO ARGUMENTO ONTOLÓGICO

Conteúdo:	Método:
1. A objeção de Gaunilo	**1.** Leitura (10 minutos)
2. Resposta à objeção de Gaunilo	**2.** Discussão (20 minutos)
3. A objeção de Kant	**3.** Leitura (20 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é compreender as duas objeções mais influentes para o argumento ontológico: a objeção de Gaunilo e a resposta padrão a ele; e a objeção de Kant. O último argumento pode ser difícil de compreender no início, mas vale a pena o esforço para o aluno entender isso.

Objetivos e conceitos-chave

- Os alunos devem entender a objeção de Gaunilo ao argumento ontológico e à resposta.
- Os alunos devem entender a objeção de Kant ao argumento ontológico.
- Conceitos-chave: Predicado, Existência.

1. OBJEÇÃO DE GAUNILO PARA O ARGUMENTO ONTOLÓGICO

Gaunilo era um monge que desenvolveu uma famosa objeção ao argumento ontológico pouco depois de Anselmo ter publicado sua versão. Gaunilo tentou mostrar que o argumento ontológico é errado porque, de outra forma, ele estabelece muito. Ele sugeriu que poderíamos usar basicamente o mesmo argumento para provar a existência de outras entidades perfeitas, como uma ilha perfeita ou um carro perfeito. Considere a maior ilha possível (perfeita). Se a maior ilha que podemos pensar não existe, então pode haver uma ilha ainda maior, como a maior ilha, mas que realmente existe. Mas então, uma vez que essa ilha seria ainda maior do que a maior ilha que podemos pensar, chegamos, então, a uma contradição. Portanto, a suposição de que a maior ilha não existe deve ser falsa, o que significa que a maior ilha deve existir. Poderíamos dar argumentos semelhantes para a existência de outras entidades perfeitas, como um carro perfeito ou o que você tem. Como sabemos que ilhas perfeitas e carros perfeitos realmente não existem, deve haver algo errado com essa maneira de raciocínio usada pelo argumento ontológico. Gaunilo forneceu um argumento *reductio ad absurdum* contra o argumento ontológico; se seguirmos o argumento ontológico para a conclusão final, obtemos resultados absurdos, então o argumento deve estar com defeito.

2. A ILHA PERFEITA – DISCUSSÃO

Pergunte aos alunos o que eles pensam sobre a objeção de Gaunilo. Muitas pessoas pensam que é intuitivamente convincente. Pergunte aos alunos como responderam à pergunta 2 na lição de casa. Presumivelmente, eles disseram que sua ilha perfeita na verdade não existe. Até agora isso suporta Gaunilo. Pergunte o que eles responderam, por que sim ou por que não. Discuta suas razões, que provavelmente começarão a levar a pensar que o caso da maior ilha é bastante diferente do caso de Deus. Pergunte aos alunos quais foram suas respostas para a pergunta 1 do dever de casa (a sua ilha perfeita foi realmente perfeita? Se você continuasse pensando nisso, você poderia adicionar mais à descrição que tornaria "mais perfeito"?). Pre-

sumivelmente, a maioria ou todos responderão que sua ilha perfeita não era realmente perfeita e eles poderiam continuar imaginando uma ilha ainda maior. À medida que você facilita a discussão, pressione os alunos para pensar sobre como essa resposta sugere que os dois casos são fundamentalmente diferentes. Eventualmente, como um grupo, você deve chegar à visão de que o argumento ontológico se aplica apenas a entidades que têm um máximo. Para explicar, podemos pensar sobre como Deus é o máximo de bom. Considere todos os seres que são moralmente bons. Alguns são mais moralmente bons do que outros, mas a propriedade da bondade moral tem um máximo, e, em uma visão clássica-teísta, Deus é moralmente melhor; o bem moral é definido pela vontade de Deus. Mas, como mostram as próprias respostas dos alunos, nenhuma ilha é realmente a maior porque sempre podemos imaginar uma ilha maior – não há máximo. Portanto, o argumento ontológico não pode ser aplicado para provar a existência de um grande número de coisas perfeitas absurdas, na verdade inexistentes (se você tiver tempo, você poderia discutir quais tipos de argumentos de entidades como o argumento ontológico ainda poderiam provar). A crítica de Gaunilo não parece mais ameaçadora. Se necessário, você pode mudar para mais um formato de palestra para apresentar a resposta à objeção de Gaunilo. No entanto, espero que, através da discussão motivada pelas respostas de lição de casa e um pouco de direção de você, os estudantes chegarão a essas informações.

Pergunte aos alunos quais foram as suas respostas para a questão 3 da lição de casa. Presumivelmente, eles não haviam incluído "existente" como parte de suas descrições originais de suas ilhas perfeitas. Pergunte-os por que não. Muito provavelmente, a maioria deles dirá algo parecido com "não pareceu que isso acrescentaria algo à descrição". Avise-os que este é um ponto importante que descobriram. O que isso significa é que a existência não é realmente parte da descrição propriamente dita – não é uma propriedade real (por enquanto, podemos pensar em uma propriedade como uma espécie de adjetivo que ajuda a descrever o que é algo, que nos ajuda a formar uma imagem mental ou definição). Diga-lhes que esta será base de outra objeção extremamente importante para o argumento ontológico. Antes de avançar para explicar essa objeção, também lembre-os de que a objeção de Hume sobre alegações de existência serem sintéticas, embora não totalmente bem-sucedida, pareceu estar insinuando algo importante também. Diga-lhes que essas duas ideias serão a base para a próxima objeção.

3. CRÍTICA DE KANT SOBRE O ARGUMENTO ONTOLÓGICO

A crítica de Kant ao argumento ontológico tem sido muito influente. O impacto ultrapassa o debate sobre o argumento ontológico – sua linha de ataque também influenciou os debates mais amplos na filosofia. Ele deu origem a um slogan famoso: a existência não é um predicado.

O argumento de Kant, em certo sentido, abrange o mesmo terreno que a segunda crítica de Hume do argumento ontológico – que a existência afirma, pela sua natureza, não poder ser analítica – mas de maneira mais fundamental. Ele começa com uma afirmação semelhante: "as verdades necessárias de julgamento não podem ser usadas para explicar a existência necessária, porque a necessidade é sempre hipotética". Essa frase pode exigir alguma análise. (Kant era infame por escrever em um estilo muito formal e complexo que, embora preciso, leva algum trabalho real para entender.) O que Kant está dizendo é que a análise lógica dos conceitos ("verdades necessárias do julgamento") não pode nos levar à conclusão de que o objeto de que temos a concepção realmente existe ("existência necessária é possível"). Quando ele diz que "a necessidade é sempre hipotética", ele quer dizer que qualquer propriedade que seja necessariamente uma parte do conceito (ou seja, uma propriedade que faz parte da definição da coisa) ainda depende para ser realmente o caso se essa coisa na verdade existe ou não. Uma propriedade pode ser necessária na medida em que é realmente parte da definição, mas, na verdade, ela ainda depende se o objeto existe, e essa é uma questão a posteriori, não é algo que pode ser resolvido pensando apenas na definição.

Aqui ele dá um exemplo para nos ajudar a entender. Considere os triângulos. A propriedade de ter três lados é uma propriedade necessária de triângulos; faz parte da definição de um triângulo. No entanto, o fato de pessoas terem o conceito de um triângulo não significa que

existam triângulos no mundo. Em vez disso, temos de observar o mundo para ver se podemos observar objetos / formas de três lados. Uma vez que observamos triângulos no mundo, podemos dizer que não só esses triângulos existem e têm três lados, mas que ter três lados é uma propriedade necessária. Não é que descobrimos empiricamente que eles têm essa propriedade contingentemente, da maneira que descobrimos, digamos, por exemplo, que os tigres têm listras. Em vez disso, os triângulos têm essa propriedade necessariamente. Se existem triângulos, então eles devem ter três lados. (Esta é uma declaração "hipotética" – se algo for o caso, então outra coisa também é o caso). Outro exemplo são os unicórnios. Se eles existem, necessariamente eles têm um chifre. Mas eles (unicórnios) não existem.

Kant concorda que a definição de Deus é tal que, se Deus existe, Deus necessariamente existe (por causa das características do conceito que discutimos anteriormente – basicamente, isso é o que Kant acha que o argumento ontológico realmente mostra). Mas, Kant nos lembra, podemos rejeitar o sujeito com o predicado, e isso não leva a nenhuma contradição. Aqui, Kant quer dizer o mesmo por "sujeito" e "predicado", como normalmente fazemos quando falamos sobre a gramática das frases; "Deus" é o sujeito, e a "perfeição" (ou sendo maior do que qualquer outra coisa que pode ser concebida) é o predicado (veja abaixo para entender por que o predicado não é "existência" diretamente). (Explicando, uma propriedade é um tipo simples de predicado, os predicados também podem ser relações, isto é, podem relacionar assuntos e objetos uns com os outros, como "mais alto que"). Assim, podemos imaginar que Deus não existe, e, enquanto necessária (e não contingente), a existência seria uma propriedade de Deus. Se ele existir, não há contradição em Deus não existir na verdade (o "se" deve ser realmente levado a sério aqui). É como se não houvesse nenhum triângulo no mundo, ou unicórnios. Assumir que a existência de Deus não pode ser rejeitada dessa maneira, porque Deus é um assunto especial, é simplesmente implorar a questão, ressalta Kant (aqui é possível lembrar os alunos sobre a falácia de implorar a questão no módulo de lógica e métodos filosóficos).

Clarificando mais, Kant diz que, enquanto a existência é um predicado lógico, não é uma propriedade real – não é uma propriedade que pode ser parte do conceito de coisa. (Em vez disso, o predicado real, ou propriedade, é a perfeição ou é maior do que tudo). Em uma terminologia mais moderna, agora dizemos que a existência não é um predicado, mas é o que chamamos de quantificador. (Em linguagem, os quantificadores especificam o escopo a que se aplica uma declaração; exemplos incluem "existência", conhecida como o quantificador existencial, que afirma que há pelo menos uma coisa que existe que possui essa propriedade, e o quantificador universal, ou "todos", que afirma que tudo tem essa propriedade. Outros exemplos incluem "a maioria" ou "alguns").

Por que não devemos pensar que a existência é uma propriedade? Kant argumenta que dizer que algo existe não descreve mais essa coisa, apenas que existe, de fato, algo que satisfaz o conceito já entendido. Certamente, há uma diferença entre 100 notas de um dólar concebidas e 100 notas de um dólar que realmente existem, mas essa diferença não é no conceito de 100 notas de um dólar, o que é o mesmo em ambos os casos. Outro exemplo pode ser um carro. Eu poderia dar uma descrição como vermelho, esportivo, rápido, tendo assentos de couro etc., mas dizer: "ah, e também existe" não acrescenta à descrição a imagem mental que você está criando na sua cabeça. E, portanto, no final, Kant conclui que a existência de algo não pode ser determinada a priori depois de tudo (devido, em grande parte, ao *insight* que os alunos fizeram esperançosamente tiveram ao responder à pergunta 3 da lição de casa!).

Você provavelmente precisará atribuir algum tempo para responder perguntas e voltar para a objeção de Kant até que todos entendam bem. Pergunte aos alunos o que eles pensam. Eles acham isso atraente? Existe algo que pareça errado? Embora, como tudo em filosofia, tenha havido argumentos e críticas sobre a objeção de Kant, tem sido muito significativo e influente o assunto em questão.

DIA 4 – O MUNDO E A RELIGIÃO

Conteúdo:	**Método:**
1. Religião e mundo	**1.** Atividade (35 minutos)
2. Argumentos de experiências religiosas	**2.** Discussão/leitura (5 minutos)
3. Argumentos da Natureza do Mundo	**3.** Discussão/leitura (10 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é fazer com que os alunos reflitam sobre o que, nas experiências das pessoas no mundo, pode levá-los a acreditar na religião, e especificamente se existe um deus clássico-teísta.

Objetivos

- Os alunos devem refletir sobre como experimentamos e explicamos o mundo.
- Os alunos devem entender as fontes de argumentos *a posteriori* para a existência de Deus.

1. RELIGIÃO E O MUNDO: ATIVIDADE DE CABEÇAS NUMERADAS

Com o argumento ontológico, a classe explorou como as qualidades específicas do conceito de Deus (em outras palavras, a definição de Deus) podem ser usadas para defender a existência de Deus. Agora, queremos voltar a atenção para o que o mundo é e para as nossas experiências, para ver se há argumentos *a posteriori* para a existência de Deus – isto é, argumentos baseados na observação do mundo.

Atividade de cabeças numeradas

Reflexão individual (10 minutos)

Peça aos alunos para pensar e escrever respostas para as seguintes perguntas:

- O que nas experiências das pessoas pode fazer com que eles sintam que Deus existe?
- Que características de como é o mundo pode fazer alguém pensar que Deus existe?

Discussão em grupo pequeno (15 minutos)

Crie grupos de aproximadamente quatro alunos cada. Peça a cada grupo que atribua um número a cada membro do grupo, um a quatro. Explique que cada grupo irá discutir as questões e, no final do período de discussão, você escolherá aleatoriamente um número. O membro de cada grupo cujo número é chamado irá informar de volta a toda classe sobre o que seu grupo desenvolveu. (A ideia é que ao atribuir números e, em seguida, chamar um número aleatório, todos os alunos se sentirão motivados a participar ativamente).

Apresentação de relatórios à classe (10 minutos)

Proceda para chamar um número e tenha o representante apropriado de cada relatório de grupo para a classe. Você provavelmente deve manter uma lista de respostas a cada pergunta no quadro.

2. ARGUMENTOS DE EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS (5 MINUTOS)

Com estes dois segmentos seguintes da lição, você deve resumir e organizar as ideias apresentadas pelos grupos –– que criarão as próximas lições. Ao responder a primeira questão, o foco deve ser sobre as experiências religiosas que as pessoas têm. Isso pode ser breve. O que precisa ser apontado é simplesmente que muitas pessoas têm experiências religiosas pessoais – seja tão dramático quanto Moisés e o arbusto ardente ou simplesmente o sentimento de uma relação pessoal com Deus. Essas pessoas aproveitam as experiências para fornecer apoio empírico para a crença em Deus. Deixe os alunos saberem que a próxima lição explorará os argumentos das experiências religiosas.

3. ARGUMENTOS DA NATUREZA DO MUNDO (10 MINUTOS)

Aqui você deve categorizar as respostas da segunda questão em duas grandes categorias que corresponderão vagamente a argumentos de tipo cosmológico e argumentos de tipo teleológico. Na categoria anterior, estarão todas as respostas que têm a ver com a explicação das origens do mundo/universo, a necessidade de haver uma primeira causa que criou o mundo, de rastrear cadeias de causas de eventos de volta a um evento ou fonte inicial ou explicar por que há algo em vez de nada (em geral). Geralmente, tudo o que tem a ver com a supressão de que a ciência ou outros empreendimentos fora da religião são muito limitados para explicar o mistério da existência do mundo cai nesta categoria. A outra categoria inclui quaisquer respostas que giram em torno de ordem ou finalidade no mundo que sugiram um arquiteto inteligente. Qualquer coisa que tenha a ver com a complexidade – por exemplo, a complexidade da vida –– ou padrões, significado, funções, organização ou ordem cai nesta categoria. Explique brevemente a motivação para esta taxonomia e que as duas categorias correspondem a estes dois tipos de argumentos. Deixe os alunos saberem que serão temas de lições futuras.

DIA 5 – ARGUMENTOS DE EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS

Conteúdo:	**Método:**
1. Experiências religiosas	**1.** Revisão/discussão (5 minutos)
2. Argumentos da experiência religiosa	**2.** Leitura (10 minutos)
3. Raridade das experiências religiosas	**3.** Discussão (10 minutos)
4. Confiabilidade de experiências religiosas	**4.** Discussão (15 minutos)
5. Diversidade de experiências religiosas	**5.** Leitura (5 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é investigar argumentos de experiências religiosas. Esta classe de argumentos apoia a existência de Deus. As respostas a esses argumentos também são exploradas.

Objetivos e conceitos-chave

- Os alunos devem entender como as experiências religiosas são usadas para defender a existência de Deus.
- Os alunos devem entender as objeções aos argumentos das experiências religiosas.
- Conceitos-chave: experiência religiosa, princípio da credulidade.

1. EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS

Revise a lista de respostas dadas à primeira questão da lição anterior. Discuta os vários tipos de experiências religiosas que as pessoas possuem. Se os alunos se concentraram apenas nas experiências clássicas-teístas (ou especialmente se apenas em experiências judaicas-cristãs), certifique-se de direcioná-las para considerar a diversidade de experiências religiosas que as pessoas têm, tanto em termos de diferentes religiões ou divindades quanto em diferentes modos de experiência (visões, sentimentos pessoais, etc.).

2. ARGUMENTOS DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA

Há várias maneiras pelas quais se podem usar experiências religiosas para defender a crença teísta. O mais direto é um argumento simples por indução. Basicamente, o argumento é enumerar uma longa lista de experiências religiosas a que as pessoas testemunharam, e então generalizar que a experiência religiosa esteja generalizada no mundo. O problema com este argumento é que o que especificamente se conclui é que a experiência religiosa é generalizada, e simplesmente não existe um vínculo claro entre essa afirmação e a conclusão de que Deus existe. Embora pareça que essas afirmações funcionam de mãos dadas, a última é uma reivindicação muito mais forte, e um argumento deve ser apresentado para mostrar que as experiências religiosas mais comuns, de alguma forma, tornam provável que Deus exista.

Existem duas maneiras a partir das quais se pode tentar correlacionar esses dois pontos. A primeira é usar uma inferência para a melhor explicação. Aqui a ideia é que a melhor explicação para as experiências religiosas é que elas são causadas por Deus. Consulte o módulo de

métodos filosóficos para analisar este tipo de argumento. Aqui está este tipo de argumento apresentado formalmente:

- Muitas pessoas tiveram experiências religiosas (experiências que parecem ser causadas por Deus).
- A melhor explicação para essas experiências é que Deus as causou.
- Portanto: Deus provavelmente existe.

Lembre-se de que este é um argumento não dedutivo, por isso, pretende estabelecer que a conclusão é provavelmente verdade, não que seja verdade. A principal questão é justificar que Deus exista é a melhor explicação. Há, afinal, outras explicações concorrentes: ilusões ou alucinações, psicose, privação de sono etc. Para ser bem-sucedido, esse tipo de argumento precisa estabelecer que são mais prováveis, ou uma melhor explicaçãoes explicações, experiências religiosas que são causadas por Deus em vez de outras possibilidades. Como se pode tentar fazer isso?

O argumento é semelhante a uma forma de argumento da epistemologia. Uma questão central da epistemologia é se os objetos físicos independentes da mente (por exemplo, tabelas, cadeiras) realmente existem. Locke e outros apresentaram um tipo de argumento que faz algo como isto:

- Tenho experiências que parecem ser causadas por objetos físicos independentes da mente.
- A melhor explicação para essas experiências é que objetos físicos independentes da mente causaram essas experiências.

Portanto, provavelmente, existem objetos físicos independentes da mente.

(Esses tipos de argumentos são muitas vezes associados a argumentos auxiliares que tentam estabelecer que a existência de argumentos independentes da mente é a melhor explicação das experiências. Por exemplo, Locke descreve quatro características (ou propriedades) de nossas experiências sensoriais, as "quatro razões simultâneas", que, em conjunto, ele argumenta, são explicadas muito melhor pela existência de objetos físicos independentes da mente do que por explicações concorrentes. Outros argumentam que explicações concorrentes, como a de que estou realmente preso na matrix ou que eu sou um cérebro em um tonel, não são tão boas porque não são tão plausíveis – eles têm probabilidades iniciais mais baixas antes de considerar a evidência.) Alguns filósofos aceitam o argumento de inferência à melhor explicação na epistemologia, enquanto outros não. Mas é pelo menos um argumento possivelmente convincente – um que devemos levar a sério. Se o fizermos, podemos realmente estender o argumento usando a segunda maneira de tentar estabelecer o vínculo entre a experiência religiosa generalizada e a existência de Deus: um argumento por analogia entre o argumento da experiência religiosa e o argumento de objetos físicos independentes da mente:

- O argumento não dedutivo que tenta estabelecer a existência de objetos físicos independentes da mente com base em nossas experiências sensoriais nos proporciona boas razões para pensar que existem objetos físicos independentes da mente.
- O argumento não dedutivo que tenta estabelecer que Deus existe com base em experiências religiosas é semelhante ao argumento não dedutivo que tenta estabelecer a existência de objetos físicos independentes da mente com base em experiências sensoriais [com semelhança n].
- Portanto: o argumento não dedutivo que tenta estabelecer a existência de Deus com base em experiências religiosas nos proporciona uma boa razão para acreditar que Deus existe [com força n].

Como é normalmente o caso com argumentos por analogia, o ponto crucial está avaliando a semelhança entre os argumentos. Ou, de forma equivalente, se quisermos ainda pensar nisso

principalmente como uma inferência para a melhor explicação, está avaliando as explicações concorrentes (e particularmente quão "boa" é a explicação em termos da existência de Deus). Digamos isso em termos da analogia. Quão semelhantes são os argumentos "objetos físicos independentes da mente" e o argumento "Deus existe"? Existem diferenças significativas e relevantes que prejudicam a analogia? Podemos discutir alguns problemas para tentar entender melhor isso.

3. RARIDADE DAS EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS

Dirija uma discussão sobre o quão comum ou raras são as experiências religiosas. Inclua algumas considerações importantes para se certificar de discutir:

- As formas mais fortes de experiência religiosa (por exemplo, Moisés e o arbusto em chamas, Joseph Smith com o anjo Maroni), que poderiam servir de evidência mais forte (porque são mais semelhantes em caráter às experiências de objetos físicos), parecem ser muito, muito raras.
- As formas mais comuns de experiência religiosa (por exemplo, alguém "sentindo" a presença de Deus) não são tão claramente de natureza religiosa e não parecem semelhantes às nossas experiências de objetos físicos porque não são muito vívidas.
- Experiências de objetos físicos são, em comparação, muito, muito comuns e muito fortes e vívidas.
- Uma tentativa de salvar algo do argumento por analogia é sugerir que, embora as experiências religiosas fortes sejam raras em comparação com experiências de objetos físicos, talvez possamos limitar o alcance do argumento às pessoas que tiveram experiências tão relevantes.

4. CONFIABILIDADE DE EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS

Mostre aos alunos o seguinte videoclipe (você pode substituir por qualquer vídeo semelhante), que analisa uma mãe que assassinou seu filho porque achava que Deus a instruiu a fazê-lo: <https://www.youtube.com/watch?v=JTVeJg3prjs&t=50s>.

Dirija uma discussão sobre se o testemunho das experiências religiosas é confiável ou não confiável. O videoclipe deve ajudar a gerar algum envolvimento dos alunos. Parece que muitas pessoas tendem a considerar o testemunho na Bíblia ou outros textos religiosos antigos como confiáveis, mas assumir que as reivindicações contemporâneas, como a mãe no videoclipe, são confiáveis é sinal de insanidade. Explore o porquê e se a diferença se justifica. Caso contrário, qual é a reação mais defensável? Por quê?

Algumas considerações para tentar entrar na discussão: esperançosamente, facilitando para os alunos, mas intervindo se necessário, inclua o seguinte: certamente, algumas experiências religiosas são resultado de pensamentos ilusórios, alucinações ou mesmo de psicose. Então, isso significa que não devemos confiar em nenhum deles e não devemos considerar experiências religiosas como evidência? (Lições posteriores nesta unidade, sobre fé e racionalidade, abordarão de forma mais geral a questão do que é necessário para que algo seja considerado uma boa razão para a crença. Veja também as unidades de epistemologia e filosofia da ciência para mais informações sobre as condições para que algo sirva como evidência.) Diferentes filósofos têm respostas diferentes, dependendo de quão estrito eles pensam que devemos ser sobre evidências de crenças. Por exemplo, Richard Swinburne propôs o Princípio da Credulidade, que diz que, se uma pessoa tiver experiências que parecem ser de X, então essa pessoa tem boas razões para acreditar que X existe, a menos que essa pessoa tenha motivos adicionais para indicar que a experiência deve não ser confiável. Podemos considerar como o princípio funciona no caso de experiências visuais. Então, digamos que estou na minha cama

com as luzes apagadas depois de uma noite em um bar. Quando eu começar a fechar os olhos, acho que percebo um vislumbre repentino de um anjo aparecendo. Assim que eu abrir os olhos novamente, não vejo nada. Baseando-se no princípio da credulidade, não teria bons motivos para acreditar que os anjos existam, já que minhas experiências visuais não são confiáveis quando estou intoxicado, com sono e no escuro. Por outro lado, se eu vejo um corvo branco à minha frente em plena luz do dia, quando não estou intoxicado ou de outra forma prejudicado, o princípio sugere que eu tenho uma boa razão para acreditar que existem corvos brancos.

Como o princípio funciona com experiências religiosas? Não é muito claro. Quando se trata de experiências visuais, temos boas ideias sobre quais fatores afetam a confiabilidade de nossa visão. O mesmo não é verdade quando se trata de experiências religiosas. Certamente, se alguém está intoxicado, extremamente cansado, emocionalmente frágil etc., isso pode nos dar razão para questionar a confiabilidade de suas experiências em geral. Mas, tanto quanto as experiências religiosas devem ser percepções de uma realidade superior, é impossível saber em que condições essas percepções são confiáveis. Alguns filósofos e teólogos pensam que, uma vez que não sabemos que as experiências religiosas não são confiáveis, isso nos dá uma razão para levá-las como prova. Muitos mais pensam que, como não sabemos quando as experiências religiosas são confiáveis e não podemos corroborá-las com outras pessoas, não devemos tratá-las como evidências. Independentemente disso, uma vez que parece claro que as pessoas são muito melhores para identificar em que condições o nosso sentido normal experimenta, como a visão, é confiável do que as condições em que as experiências religiosas são confiáveis, isso parece marcar uma grande diferença – a falta de semelhança – entre os dois casos (objetos físicos independentes da mente e a existência de Deus), enfraquecendo severamente o argumento por analogia desenvolvido na seção 2 desta lição acima.

5. DIVERSIDADE DE EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS

Outra preocupação com o uso de recursos para experiências religiosas é que eles parecem apoiar alegações contraditórias sobre Deus e a religião. Os cristãos, por exemplo, tendem a relatar experiências de Jesus ou da Virgem Maria; Muçulmanos de Deus; Hindus de Krishna etc. É difícil ver por que as experiências religiosas sustentariam uma tradição religiosa sobre outra e, mesmo que fosse aceita, não estabeleceria a existência de um ser supremo particular. Pode-se sugerir que, mesmo que essas experiências não suportem que exista um ser supremo, elas podem sustentar que existe alguma forma de realidade fundamental (religiosa). Mas isso não faz muito para promover a tentativa de fornecer boas razões para pensar que o teísmo clássico é verdadeiro. Além disso, o fato de que geralmente as pessoas que já acreditam em uma forma particular de Deus e uma tradição religiosa específica têm experiências de acordo com essas crenças, também sugerem que as experiências podem ser devidas a pensamentos ilusórios, prejudicando sua credibilidade.

William James observou que as experiências religiosas "têm o direito de ser absolutamente autorizativas sobre o indivíduo a quem elas vieram... [mas] nenhuma autoridade emana delas, o que deveria ser um dever para aqueles que ficam fora deles para aceitar suas revelações". Assim, enquanto uma parte poderosa da vida dos crentes, as experiências religiosas não parecem ser usadas para fornecer boas razões para a crença na existência de Deus para os outros.

Prática/dever de casa

Leia sobre São Tomás de Aquino, As Cinco Vias, da Summa Theologica: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/filosofia/cinco-vias-da-existencia-de-deus>.

DIA 6 – O ARGUMENTO COSMOLÓGICO

Conteúdo:	**Método:**
1. As Cinco Vias	**1.** Aula Expositiva (5 minutos)
2. Grupos de Especialistas	**2.** Atividade (25-45 minutos–25 minutos de pesquisa nos "grupos de especialistas" e 20 minutos de explicação aos "grupos locais".)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é entender o argumento cosmológico. Este é um argumento *a posteriori* para a existência de Deus. O argumento cosmológico gira em torno de uma presumida necessidade de uma causa primeira, para explicar as origens do mundo. Essa causa primeira é equiparada a Deus.

Objetivos e conceitos-chave

- Que os alunos entendam o argumento cosmológico.
- Conceitos-chave: Causa, "Primeiro Motor Imóvel".

1. INTRODUÇÃO: AS CINCO VIAS

A mais famosa apresentação do argumento cosmológico são as Cinco Vias de Santo Tomás de Aquino, contidas em sua Suma Teológica, que os alunos deveriam ter lido para a tarefa de casa. O Aquinate examina duas objeções à crença em Deus. A primeira é o problema do mal, que é o tema de outra lição nesta unidade. A segunda é que Deus é desnecessário para o propósito de explicar o que se passa no mundo. Em resposta, Tomás oferece cinco "vias" para provar que Deus existe. (Depois de desenvolver as cinco vias, ele responde diretamente às duas objeções.) Na verdade, as primeiras três vias formam o núcleo do argumento cosmológico, então focaremos nestas. (A quinta via é uma forma do argumento teológico, que é abordado em outras lições nesta unidade. A quarta via é um argumento interessante, mas arcaico, que não tem sido muito influente e, então, deixá-la-emos de lado.)

Como um todo, o argumento cosmológico e suas variações se concentram na presumida necessidade de explicar o que causou o surgimento do mundo. Uma das grandes questões é: por que existe algo em vez de nada? Os físicos desenvolveram teorias sobre as origens do universo físico, mas muitas pessoas acreditam que, por exemplo, o *big bang* ou a hipótese do universo inflacionário descrevam os estágios iniciais do universo, mas não explicam adequadamente o *porquê* dele ter vindo a existir. Voltaremos a considerar o que é razoável de se perguntar em termos de uma explicação mais tarde. Primeiro, no entanto, queremos nos familiarizar com os detalhes do argumento cosmológico.

2. ATIVIDADE DOS "GRUPOS DE ESPECIALISTAS"

Divida os alunos em grupos de três. Em cada grupo, será atribuída a cada aluno uma das três vias. Explique à turma que cada aluno ficará responsável por se tornar um "especialista" em sua "via" e, então, por explicá-la aos outros dois membros de seu "grupo local". Para ajudá-los a tornarem-se especialistas, eles virão trabalhar juntos com os outros alunos que ficaram responsáveis pela mesma "via". Em seguida, devemEles irão mudar para o "grupo de

especialistas” e será dado tempo para pesquisa e para que eles discutam suas determinadas vias entre si. Depois que desenvolverem uma forte compreensão da via, então, eles reformarão seus “grupos locais” e apresentarão para cada um dos membros.

Indique cada aluno dentro de cada um dos “grupos locais” para uma das primeiras três vias. Você pode fazer isso de qualquer maneira que queira. Você pode deixar que os alunos de cada grupo decidam por eles mesmos, você pode usar um processo de sorteio, ou você pode designar determinados alunos para as particulares vias. Para essa questão, você pode dividir os grupos locais de diferentes modos possíveis. Talvez você queria colocar os alunos mais esforçados no mesmo grupo para que, assim, eles impulsionem cada um dos outros em termo de níveis ou detalhes, por exemplo, ou talvez você queira misturar os alunos. Você provavelmente vai querer ter certeza de que cada grupo de especialistas possui diferentes níveis representados, de qualquer modo, os alunos mais esforçados podem ajudar os outros a desenvolver um entendimento sólido do material.

Uma vez que as tarefas tenham sido atribuídas aos alunos, peça para que eles se reúnam com seu grupo de especialistas. Além da leitura atribuída, você pode providenciar para cada grupo recursos adicionais sobre sua “via” para que eles possam conferir e usar. Eles devem também envolver-se em uma discussão em grupo para tratar detalhadamente do assunto juntos. Você (e, se você tiver, seu assistente) pode passar por entre os grupos e fornecer algumas orientações e facilitações; mas, de preferência, esta atividade deve ser uma oportunidade para os alunos desenvolverem seu próprio entendimento e fazer suas próprias descobertas. Entretanto, você pode reforçar alguns pontos, certificando-se de que eles estão entendendo as coisas corretamente e direcioná-los à direção correta, se for preciso. Quando os grupos de especialistas concluírem suas tarefas, reúna os grupos locais e peça aos alunos para que se revezem na apresentação de suas próprias vias aos outros dois alunos do grupo.

As primeiras três vias:

A Primeira Via – é preciso existir uma primeira causa do movimento (ou mudança):

- Algumas coisas estão em movimento (isso inclui movimento, mas também mudança ou atividade).
- Qualquer tipo de mudança (incluindo o movimento comum) envolve uma transição de alguma qualidade em potência para alguma propriedade ou qualidade em ato.
- Essa transição deve ser produzida pela atividade de outra coisa (por exemplo, algo potencialmente quente é movido para se tornar verdadeiramente quente por outra coisa que é verdadeiramente quente).
- Assim, algo não pode “mover” a si mesmo, porque então precisaria possuir o respectível atributo em potência e, ao mesmo tempo, tê-lo em ato.
- Não pode existir uma sucessão de “motores” estendendo-se no infinitamente para trás no tempo, cada um sendo movido por um outro antes dele, porque, assim, não haveria explicações do porquê cada um deles está sendo “movido”.
- Deve existir um “Primeiro Motor” que não é movido por nenhum outro; isto é, Deus.

A Segunda Via – é preciso existir uma primeira causa eficiente:

- Nós encontramos causas eficientes no mundo natural.
  - A causalidade eficiente é como a causalidade normal: uma ocorrência anterior causa uma ocorrência posterior, mas Tomás de Aquino pensa nos itens em questão como coisas ou objetos em vez de ocorrências, então, obviamente, nada pode causar a si mesmo, neste sentido, uma vez que teria de autoproceder-se.
  - As quatro causas aristotélicas: eficiente, formal, material, final. As causas eficientes são causas externas do movimento ou mudança.

- Não pode existir uma sequência infinita de causas (para trás no tempo).
    - Se assim fosse, nós não conseguiríamos explicar por que todas as coisas existem em sequência.
    - Se removermos alguma causa, nenhuma das posteriores podem existir.
- Tem que existir uma primeira causa eficiente; esta é Deus.

A diferença fundamental entre as duas primeiras vias: a primeira via é sobre a causa da mudança ou movimento de algo, enquanto a segunda via é sobre a causa da existência de algo.

A Terceira Via – o argumento da contingência

- As coisas que encontramos na natureza existem acidentalmente (visto que elas são encontradas para serem geradas e para serem corrompidas).
- Qualquer coisa que possa deixar de existir deve, em algum momento, não existir; é impossível que elas existam desde sempre (ou então elas seriam necessárias em vez de contingentes).
- Portanto, se tudo pode deixar de existir, então, em algum momento não havia nada em existência.
- Uma vez que algo não pode vir do nada, neste caso, mesmo agora, nada existiria, o que é absurdo.
- Então, algumas coisas devem ser necessárias.
- Coisas necessárias podem ter sua necessidade causada por um outro, ou não.
- Não podemos ir ao infinito (para trás no tempo) nas coisas necessárias, pelas mesmas razões já mencionadas anteriormente.
- Portanto, deve existir algum ser que tenha por si mesmo sua própria necessidade, que não tenha sido recebida de algum outro e que cause a necessidade nas outras coisas; isto é Deus.

Prática/dever de casa

Leia o artigo "Is There a God?", da coluna *The Straight Dope*, do jornal Chicago Reader, disponível no *link* a seguir: <http://www.straightdope.com/columns/read/3021/is-there-a-god>.

Leia, também, artigo "Is There a God (revisited)?", disponível no *link*: <http://www.straightdope.com/columns/read/3025/is-there-a-god-revisited>.

DIA 7 – OBJEÇÕES AO ARGUMENTO COSMOLÓGICO

Conteúdo:	**Método:**
1. Revisão	**1.** Aula expositiva interativa (10 minutos)
2. O que é a causa primeira?	**2.** Aula expositiva (5 minutos)
3. Séries infinitas	**3.** Aula expositiva (7 minutos)
4. Nexo de causalidade	**4.** Aula expositva (3 minutos)
5. Razão suficiente	**5.** Aula expostiva (15 minutos)
6. Discussão: o argumento cosmológico e a razão suficiente	**6.** Discussão (10 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é entender as maiores objeções ao argumento cosmológico.

Objetivos e Conceitos-chave

- Que os alunos entendam as maiores objeções ao argumento cosmológico.
- Conceitos-chave: princípio da razão suficiente.

1. REVISÃO

Rapidamente revise as primeiras três vias de Tomás de Aquino, que foram estudadas ontem. Considerando que os alunos expuseram a informação uns aos outros em seus grupos locais, essa é uma boa chance para se ter certeza de que todos estão no mesmo grau de entendimento.

2. O QUE É UMA CAUSA PRIMEIRA (OU PRIMEIRO MOTOR OU PRIMEIRA COISA NECESSÁRIA)?

Peça aos alunos para considerarem, hipoteticamente, que aceitamos os argumentos do Aquinate. Então, o que ele mostrou? Confiantemente, os alunos concluirão que ele demonstrou que deve existir uma causa do movimento (1ª via), uma primeira causa eficiente (2ª via), e/ou uma primeira coisa necessária (3ª via). Tomás concluiu, em cada argumento, que a causa é Deus. Pense novamente na primeira lição desta unidade, quando os alunos exploraram as qualidades de Deus. O conceito de Deus parece muito mais rico do que apenas uma ideia básica de causa primeira. Todas as qualidades como onisciência, onipotência, e perfeição moral parecem estar omitidas. Então, não está claro que o argumento cosmológico possa conquistar a todos nós, ou até mesmo a maioria de nós, que é o objetivo dos teístas clássicos. Os defensores do argumento cosmológico frequentemente reconhecem este ponto. Eles insistem que tal argumento não está destinado para provar a existência de Deus, mas sim que é um passo importante para mostrar que Deus existe, e que argumentos suplementares são necessários para mostrar que a causa primeira deve possuir os atributos de Deus tal como é descrito pelo teísmo clássico. A pergunta, no entanto, é o que seriam esses argumentos suplementares.

3. SÉRIES INFINITAS

O argumento consegue pelo menos provar que deve existir uma causa primeira? Tomás afirma que uma série infinita de causas é impossível. Ele sustenta esta premissa apontando que uma série infinita de causas é uma ideia absurda. Considere uma série causal na qual possamos nomear os elementos com letras:

$$A \rightarrow B \ldots W \rightarrow X \rightarrow Y \rightarrow Z$$

Aqui, Z é algo que existe atualmente. Y causou Z, X causou Y, e assim por diante. O Aquinate diz que se A nunca existiu, nenhum dos elementos posteriores da série poderiam ter existido. Então Z não iria existir nesste momento, o que é evidentemente falso. Consequentemente, Tomás diz que é absurdo não aceitar que exista uma privilegiada primeira causa. Enquanto as séries precisem ter uma causa primeira, elas não podem ser infinitas. Mas aceitar que possa existir uma série infinita de causa não é negar que A exista. Mais propriamente é dizer que A não possui um *status* privilegiado de ser uma causa primeira. Ao invés disso, poderíamos imaginar que a série apenas regresse continuamente, sem fim, onde cada elemento é causado por um outro anterior a ele. Enquanto é difícil para nós imaginar o infinito, o mesmo faz sentido lógico, e usamos tal noção nas ciências matemáticas todo o tempo. Apenas considere os números naturais, por exemplo.

De certo modo, o problema gira em torno da dificuldade que as pessoas têm em conceitualizar o infinito. Imagine que você se depara com um homem que está contando para trás, "quatro, três, dois, um. Finalmente, eu terminei!" Você pergunta quantos números ele contou e quanto tempo ele levou. Ele te diz que contou todos os números naturais. Uma vez que existem infinitamente muitos, nunca houve um ponto em que ele começou. Certamente, você pensará que isso é absurdo. Mas aqui a questão é que o homem possui uma vida finita e, portanto, não pode contar uma infinidade de números. Mas, enquanto podemos fazer matemática em um sentido abstrato, podemos usar a noção de infinidade perfeitamente bem. Nós podemos calcular o limite (ou soma) de uma infinita série de números, se eles têm o tipo certo de propriedades. Por exemplo, 1 + 1/2 + 1/4 + 1/8 + 1/16 +....+ ... converge para o valor 2. Em cálculo, usamos a integral para encontrar a área sob uma curva. Embora essa não seja realmente uma definição rigorosa, de certo modo, podemos pensar que o processo de uso de uma integral de trabalho é como o de dividir a área sob a curva em um infinito número de retângulos infinitamente pequenos de largura e, em seguida, "adicioná-los" para obter a área total.

Quando passamos a imaginar casos menos abstratos, nós lutamos com nossas intuições. Por exemplo, uma vez que Paul Edwards disse que os advogados do argumento cosmológico parecem confundir-se com a possibilidade de uma série infinita por confundir uma série infinita com uma que é muito longa, mas que é finita. Nós queremos lembrar que as propriedades de uma série infinita deveriam ser similares a uma série que é finita e extremamente longa, mas esse não é o caso. As propriedades mudam dramaticamente quando mudamos de uma para a outra. Suponha que temos um livro, chame-o de Z, que é o que permanece no ar, digamos que até 100 milhas de altura. Outro livro, Y, está debaixo, servindo de suporte. Y é suportado por X debaixo dele. Suponha que essa série de suportes prossiga continuamente por 100.,000 elementos. Então, chega-se a um livro que não está sendo suportado por nenhum outro livro ou qualquer outro tipo de suporte. Então, toda a coleção começaria a cair. Isso dá a entender que precisamos de um primeiro elemento, como, por exemplo, a terra, que é diferencial por não precisar de outro elemento para suportá-la (ela se autossuportaauto suporta). A figura mental que naturalmente formamos exige isso. Mas este tipo de figura não é adequado para uma série infinita. De fato, uma série finita realmente cairia, mas não acontece a mesma coisa com uma série infinita. Para cada livro na série, seria necessário outro embaixo para dar suporte. Então, não teria como desabar. É difícil para nós imaginar essa série simplesmente seguindo continuamente, com outro livro abaixo de cada um, mas logicamente e conceitualmente não há nenhum problema.

4. REDE DE CAUSAS

Mesmo se não quisermos nos divertir com a possibilidade de uma série infinita de causas, outra possibilidade é a rede de causas. Considerando uma cadeia linear de causas, poderia existir alguma que pareça como uma teia ou uma rede, mais ou menos como uma rede de pesca. Alguns eventos poderiam causar mais do que somente um único evento, ramificando-se. E alguns eventos podem ser causados pela junção de mais de um evento. Enquanto trabalhamos os eventos contemporâneos de trás para frente por meio de suas conexões, poderíamos achar que muitos ramos e vértices significam que a ponta inicial da teia ou rede inclui vários eventos ou objetos em vez de apenas um. Sim, a rede causal não continuaria infinitamente, mas também não haveria uma única causa.

5. RAZÃO SUFICIENTE

Um defensor do argumento cosmológico, Padre Copleston, disse que:

- [...] "todo objeto possui uma causa extraordinária, se você insistir na infinidade das séries. Mas a série de causas extraordinárias é uma explicação insuficiente das séries. Além disso, as séries não possuem uma causa extraordinária, mas uma causa transcendente... uma série infinita de seres contingentes será, ao meu ver, incapaz de causar a si mesmo, enquanto seres contingentes.

O que o Padre Copleston está dizendo é que, mesmo se cedermos e aceitarmos que uma série infinita é plausível, isso não alcança o que queremos. Nós não queremos uma explicação para o porquê de algo existir nas séries (o fenômeno que o provocou, ou causa extraordinária) -- que é simplesmente por causa do elemento ou coisa que vem antes dele dentro da série -- mas, em vez disso, queremos saber o motivo de ada série como um todo existir (a causa transcendental). (Isso porque queremos saber por que "as coisas" existem em geral, não apenas saber como coisas particulares aconteceram) E isso exige outro nível e explicação. Isso parece basear-se no pressuposto de que uma série é algo acima e além dos elementos que a compõem. Mas não é. Se explicamos os elementos da série, então não há mais nada para ser explicado. Paul Edwards propôs o exemplo de ver cinco esquimós em Manhattan. Eu quero explicar por que o grupo passou a estar em Nova York. Uma investigação rendeu esta informação:

- A esquimó 1 não gostou do frio extremo na região polar e decidiu se mudar para um clima mais quente.
- O esquimó 2 é o esposo da esquimó 1. Ele a ama muito e não desejava viver sem ela.
- O esquimó 3 é o filho dos esquimós 1 e 2. Ele é muito fraco e pequeno para opor-se aos seus pais.
- O esquimó 4 viu um anúncio no *New York Times* para um esquimó aparecer na televisão.
- O esquimó 5 é um detetive particular contratado pela Agência Pinkerton para ficar de olho no esquimó 4.

Essta informação parece explicar a causa de cada um dos cinco esquimós estar em Nova York. Alguém pode perguntar: "tudo bem, mas e quanto ao grupo enquanto um todo; *por que* está em Nova York?". Mas esta é uma pergunta absurda. Não há grupo além e acima dos cinco membros. Por meio da explicação do porquequê de cada um dos cinco membros estar em Nova York, explicamos por que o grupo está lá. Do mesmo modo, é tão absurdo perguntar a causa da série como um todo distinto enquanto pergunta pelas causas dos elementos da série na qualidade de membros individuais.

Parece que a opinião de Edwards está correta; a procura por uma explicação do que causa uma série, que está além da explicação do que causa seus elementos, é aparentemente irra-

cional. Mas, tipicamente, os defensores do argumento cosmológico, quando chegam nesste ponto, passam da questão das séries (as primeiras duas vias) para a questão da contingência (a terceira via), a fim de tentar obter o que eles querem em termos de uma explicação. E há algo realmente interessante que eles estão tentando obter, que é, em muitos aspectos, o cerne das questões levantadas pelo argumento cosmológico. O que o defensor do argumento cosmológico realmente quer é uma explicação para o mundo existente. Por que existe algo em vez de nada? O que eles desejam é uma razão suficiente, uma explicação suficiente para o surgimento do mundo. Eles são defensores do princípio da razão suficiente – o princípio de que tudo precisa ter uma razão ou causa: nenhum estado de coisa pode ser obtido, e nenhuma afirmação pode ser verdadeira, a menos que exista uma razão suficiente para não ser de outra forma.

Especialmente, se estamos dispostos a aceitar a possibilidade das séries infinitas, podemos pensar que uma possibilidade é que o universo é eterno, que ele sempre existiu. Os defensores do argumento cosmológico acham isto insatisfatório. Dar ao universo uma idade, ainda que esta seja infinita, não explica por que ele existe.

Outra possibilidade é dizer que o o universo começou com o Big Bang. Alguma versão dessta teoria parece ser a explicação preferida da física moderna. Então, os defensores do argumento cosmológico perguntam o que causou o Big Bang. Os físicos podem dizer algumas coisas sobre isto, embora essta questão não esteja exatamente concluída. Uma sugestão é que algum evento físico apenas aconteceu, incausado. Na mecânica quântica, existem eventos, tais como a desintegração radioativa, que são frutos do acaso. Existe alguma probabilidade de acontecer durante um determinado período de tempo, mas nós não sabemos quando e não houve algum evento anterior que o causasse. É possível que a rápida inflação do universo prematuro seja o resultado de oscilações do vácuo quântico. Esste tipo de explicação está, algumas vezes, unido com teorias de um multiverso (universos múltiplos) – existem atualmente muitos universos e um novo pode surgir dentro de outro, mas, em seguida, seu espaço-tempo rapidamente se separa. Novamente, não obstante, é improvável que o defensor do argumento cosmológico esteja satisfeito. Nessta explicação, não existia nada e, então, de repente, existe um universo que se expande rapidamente. Isto não parece oferecer uma explicação satisfatória para o universo.

Os defensores do argumento cosmológicoa acreditam que a melhor explicação da existência do universo é que ele foi criado por um Ser Necessário (Deus). Mas como Deus começou a existir? A resposta clássica é que um Ser Necessário é autossustentável e contém o motivo de sua existência em si mesmo. Um Ser Necessário é eterno, incriado e autoexplicativo. Deus é onde as explicações acabam. Mas isso é realmente satisfatório? Claro, Deus é misterioso e incompreensível, mas por que isso é mais satisfatório do que dizer que o universo apenas é, ou que ele veio do Big Bang e apenas isso? Se nós não podemos explicar a presença de Deus, por que não podemos ficar apenas com as explicações da física? Será que é possível dar uma explicação satisfatória do por que existe algo em vez de nada? Talvez essa seja uma pergunta que não possa ser respondida.

Deveríamos aceitar o princípio da razão suficiente? Em vários aspectos, esta é a questão crucial. A avaliação de muitos dos argumentos da Filosofia da Religião e em outras áreas da filosofia nos leva a julgar qual é a melhor explicação (a conclusão, para a melhor explicação, é muito importante). Aqui, nós precisamos avaliar apenas o que é razoável de se perguntar, em termos de uma explicação. Claro, nós gostaríamos de ter razões suficientes que nos permitissem entender por que tudo é como é, mas isto é possível? Quando nós perguntamos por que existe algo em vez de nada, nós chegamos realmente ao fim da linha?

Houve um debate famoso na Rádio BBC, em 1948, entre o Padre Copleston e Bertrand Russel, sobre a existência de Deus. Eles trataram sobre essa questão do argumento cosmológico e da noção de razão suficiente (R é Russel e C é Copleston) (Você pode pedir para que alguns voluntários leiam as seguintes partes ou que a turma toda leia de forma alternada):

R: Então tudo volta para essa questão da razão suficiente, e eu devo dizer que você não definiu "razão suficiente" de uma forma que eu possa entender – o que você entende por razão suficiente? Você não entende por causa?

C: Não necessariamente. Causa é um tipo de razão suficiente. Apenas seres contingentes podem ter uma causa. Deus é sua própria razão suficiente; mas ele não é a causa de si mesmo. Com razão suficiente, no sentido pleno, euem entendo uma explicação adequada da existência de algum ser particular.

R: Mas o que é uma explicação adequada? Suponha que eu estou prestes a acender um fósforo. Você pode dizer que a explicação adequada disso é que eu risquei o fósforo na caixa?

C: Bem, para fins práticos é uma explicação adequada, mas teoricamente, essa é apenas uma explicação parcial. Uma explicação adequada tem que ser, em última instância, uma explicação total, para qual nada mais possa ser acrescentado.

R: Então eu só posso dizer que você está em busca de algo que não pode ser achado, e que ninguém nunca poderá esperar achar.

C: Dizer que não foi encontrado é uma coisa; dizer que não se deve procurar, parece-me bastante dogmático.

R: Bom, eu não sei. Quer dizer, a explicação de alguma coisa já é uma outra coisa, que torna a primeira coisa dependente da segunda, e você tem que entender todo esse esquema dificultoso para atingir seu objetivo, e isto nós não podemos fazer.

C: Mas você vai dizer que não podemos, ou que nem sequer podemos levantar a questão da existência desse "esquema dificultoso" de coisas – isto é, de todo o universo?

R: Sim, eu não acredito que haja algum sentido nele. Eu acredito que a palavra "universo" é útil em algumas conexões, mas não acredito que ela represente qualquer coisa que tenha um significado.

C: Se a palavra não tem sentido, então ela não pode ser tão útil. Em qualquer caso, eu não digo que o universo é algo diferente dos objetos que o compõe (eu apresentei isso no meu breve resumo da evidência da existência de Deus). O que eu estou fazendo é procurar pela razão, neste caso, a causa dos objetos – a totalidade real ou imaginada da qual se constitui o que chamamos de universo. Você diz, eu penso, que o universo – ou minha existência se você preferir, ou qualquer outra existência – é ininteligível?

R: Em primeiro lugar, retomo a questão de que se uma palavra não tem sentido, não pode ser útil. Isso soa bem, mas na verdade não está correto. Pegue, por exemplo, uma palavra como "o" ou "a". Você não pode apontar para nenhum objeto que signifique essas palavras, mas essas palavras são muito úteis. Eu diria a mesma coisa para a palavra "universo". Mas deixando essa questão de lado, você perguntou se eu considero que o universo seja ininteligível. Eu não diria ininteligível –- acho que dizer isso não explica nada. Inteligível, na minha concepção, é uma coisa diferente. Inteligível tem a ver com própria coisa em si, intrinsecamente, e não com suas relações.

C: Bom, no meu ponto de vista aquilo que chamamos nós chamamos de "mundo" é intrinsecamente ininteligível, em separado da existência de Deus. Veja, eu não acredito que a infinidade da série de eventos – quer dizer, as séries horizontais, melhor dizendo –- possa ser provada e, se tal infinidade pudesse ser provada, estaria no mais mínimo grau de relevância em relação à nossa situação. Se você pega chocolate e, aos poucos, começace a adicionar mais chocolates, depois de tudo você terá chocolates, e não uma ovelha. Se você adiciona chocolates ao infinito, hipoteticamente você conseguirá um infinito número de chocolates. Então se você adiciona uma série de seres contingentes até o infinito, você ainda terá seres contingentes, não com um Ser Necessário. Uma série infinita de seres contingentes será, de acordo com meu modo de pensar, tão incapaz de ser a causa de si mesmao quanto um único ser contingente. No entanto, creio que você diz que é ilegítimo levantar a questão do que explicará a existência de qualquer objeto particular.

R: Está muito certo se você entende por explicá-lo, simplesmente encontrando uma causa para ele.

C: Bem, por que pararmos em um único objeto particular? Por que alguém não deveria levantar a questão da causa da existência de todos os objetos particulares?

R: Porque eu não vejo razão para pensar que haja alguma. Todo o conceito de causa é aquele que nós derivamos de nossa observação das coisas particulares; eu não vejo razão qualquer de supor que a totalidade tenha algum tipo de causa, qualquer que que seja.

C: Bem, dizer que não existe nenhuma causa não é a mesma coisa de dizer que nós não devemos procurar por uma causa. A declaração de que não existe nenhuma causa deve vir, se vier, no final da investigação, não no princípio. De qualquer modo, se o total não possui causa, então, no meu modo de pensar, esste total deve ser sua própria causa, o que me parece impossível. Além disso, se a declaração de que o mundo "apenas é" for a resposta para uma pergunta, então pressupõe que a pergunta tem sentido.

R: Não, ele não precisa ser sua própria causa, o que eu estou dizendo é que o conceito de causa não é aplicável à totalidade.

C: Então você concordaria com Sartre, que diz que o universo é "gratuito"?

R: Bem, a palavra "gratuito" sugere que poderia ser algo mais; eu dira que o universo apenas "está aí", e isso é tudo.

6. DISCUSSÃO

Organize uma discussão em classe sobre o argumento cosmológico. Você pode abri-la para todas as perguntas sobre quão plausível os alunos acham que o argumento cosmológico é, mas a mais interessante provavelmente é se deveríamos aceitar o princípio da razão suficiente. O que é explicável?

Prática/dever de casa

Leia William Paley, "O argumento do desígnio", do livro de Bonjour e Baker, p. 634-640. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5_JD1_TJX88C&oi=fnd&pg=PA8&dq=bonjour+baker+filosofia&ots=v-FglwaqS4&sig=h5WrAKiPdu7psRFFGc4O9TbEheM#v=onepage&q=bonjour%20baker%20filosofia&f=false>.

DIA 8 – ARGUMENTO TELEOLÓGICO/DESIGN INTELIGENTE

Conteúdo:	Método:
1. O argumento teleológico	**1.** Aula expositiva (20 minutos)
2. Crítica de Hume ao argumento teleológico.	**2.** Aula expositiva (15 minutos) e discussão (15 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é entender o argumento teleológico. Este é um argumento *a posteriori* para a existência de Deus, argumento mais conhecido como design inteligente. A ideia básica é que o mundo parece ter sido criado por um designer inteligente, que o criou com objetivos na mente. Por causa da tentativa de algumas instituições religiosas de ensinar o design inteligente ao lado da evolução (às vezes por meio de processos judiciais), design inteligente é uma expressão que talvez muitos alunos estejam familiarizados. A crítica de Hume ao argumento teleológico também está apresentada.

Objetivos e conceitos-chave

- Que os alunos entendam o argumento teleológico.
- Que os alunos entendam a crítica de Hume ao argumento teleológico.
- Conceitos-chave: Teleologia, design inteligente, argumento por analogia.

1. O ARGUMENTO TELEOLÓGICO

Teleologia é o estudo filosófico dos propósitos (às vezes também é referido às funções, ou objetivos, ou causa final). O argumento teológico é, vagamente, que parecem haver propósitos desenhados na natureza e, assim, nós podemos concluir que existe um designer inteligente do mundo, que é Deus. Consequentemente, esste argumento também é conhecido como o argumento do design inteligente.

O argumento teleológico foi feito por diversas pessoas em versões ligeiramente diferentes. As versões mais simples, basicamente, apenas apontam uma ordem e propósitos que parecem ser aparentes na natureza (por exemplo, o propósito do coração é bombear sangue pelo corpo) e sugere que a melhor explicação é que existe um designer inteligente. Nós vamos analisar uma versão apresentada por William Paley, que explicitamente usa um argumento por analogia para fazer o argumento mais forte.

Paley pede para imaginarmos que estamos atravessando um pântano e encontramos uma pedra e um relógio. Nós vamos nos perguntar por que eleas estão ali. O relógio precisa de explicação por causa da forma como suas partes são modeladas, de modo a trabalhar em conjunto para produzir um resultado específico, que não teria sido alcançado de outra forma. Paley argumenta que nós devemos concluir que deve existir um relojoeiro. Ele diz que nós não precisamos saber como os relógios são feitos para saber que eles foram projetados propositalmente. (Além disso: precisamos saber que um relógio contém elementos que sabemos que foram construídos por mãos humanas e que não ocorrem naturalmente?) Isto não muda o fato de que nem sempre os relógios funcionam perfeitamente, nem muda nada se não soubermos o que cada peça faz. Não é plausível dizer que o relógio apenas foi produzido aleatoriamente. Também não é plausível atribuir sua produção a alguma lei, considerando que uma lei supõe

um agente. Então não é bom o bastante dizer que é da natureza do metal, do vidro etc..., tomar essas formas específicas, como a forma de um relógio. A conclusão mais sensata é que existe um relojoeiro.

Agora, Paley prossegue, suponha que o relógio possapode se reproduzir (como os seres vivos). Isso fortalece a conclusão (e nossa admiração pelo designer). Então o segundo relógio (prole) ainda é causado pelo designer, mesmo que seja produzido a partir do primeiro relógio. Se existe uma longa série de relógios, cada um levanta as mesmas questões da explicação. Paley diz que, mesmo se a série é infinita, isso não explica a si mesma, porque ela precisa ser um "inventado" (mas isso é realmente regressivo, porque queremos mostrar que séries infinitas não explicam a existência dos relógios como razão para a necessidade do designer). Se o relógio original deve ser explicado pela existência de um designer, então o fato da replicação fica ainda mais claro.

Compare um olho com um telescópio. Eles são muito parecidos. Um telescópio é o produto de um design inteligente. Então, por analogia, o mesmo é provavelmente verdadeiro para o olho. Paley prossegue comparando, explicitamente, um relógio com um olho (e coisas orgânicas semelhantes). Ele nos lembra que as irregularidades e impurezas pouco importam. Existem dois problemas: 1) se eles precisam ser explicados por apelo a um designer inteligente; e 2) quanta inteligência e habilidade deve ser atribuída ao designer para que a explicação seja adequada. Todavia, existe uma aparente lacuna; se Deus é perfeito, então por que os olhos apodrecem? A resposta é que Deus deve equilibrar a evidência de habilidade, poder e benevolência em outros aspectos e, portanto, nós devemos remeter os defeitos para alguma outra causa, que não seja um defeito no conhecimento ou benevolência do autor.

A resposta ateísta, Paley diz, é que tudo o que vemos deve ser de alguma forma. Então, as coisas podem estar tanto na forma atual quanto em outra forma. Mas isto é tão improvável que é absurdo, Paley afirma. (Pense no quão improvável é o fato de que materiais naturais, como o vento e os outros elementos, formem, de maneira natural, um relógio). Outra explicação pode ser que cada tipo de forma foi experimentado, mas a maioria morreu. (Lembre-se que Paley escreveu antes da teoria da evolução ter sido desenvolvida. Este é um tipo de "precursor natural" da teoria da evolução, mas sem as explicações modernas da produção ou da seleção natural das variações.) Ele afirma que nenhuma razão pode ser dada para o porquê de essas espécies perdidas estarem desaparecidas. (De novo, o problema é que não havia nenhuma descrição, naquele tempo, da seleção natural.) Nem, Paley prossegue, podemos confiar em um princípio de ordem. Essta abordagem parece uma reformulação da necessidade de um designer. (Além disso, um princípio de ordem exige uma mente que o crie?) Além do mais, a ordem não é universal, ela existe apenas onde precisamos dela (por exemplo, um olho é ordenado, mas uma pedra ou uma montanha não é), portanto, a natureza, em si mesma, não é ordenada.

Então, tendo respondido àsas possíveis objeções dos ateus, nós finalizamos com a seguinte forma geral do argumento de Paley:

1. Nós vemos um relógio, que é complexo e bem organizado. Existem duas explicações possíveis:

a) Ele é produto de design inteligente.

b) Processos físicos aleatórios agem em um amontoado de metal e o produzem.

Claramente a primeira explicação é, de longe, a mais plausível.

2. Nós observamos o universo, que é complexo e bem organizado. Existem duas explicações possíveis:

a) Ele é produto de design inteligente.

b) Processos físicos aleatórios o produziram.

Por meio de uma analogia com o primeiro argumento, nós podemos concluir que a primeira explicação é, de longe, a mais plausível.

2. CRÍTICAS DE HUME AO ARGUMENTO TELEOLÓGICO

Hume apresentou uma famosa crítica filosófica ao argumento teleológico. Lembre-se de que o argumento teleológico é, essencialmente, um argumento por analogia. Nós sabemos que, para existir um relógio, é preciso existir um relojoeiro. Uma vez que o universo é parecido com um relógio (no sentido de que ambos são complexos e bem organizados), deve existir um designer inteligente para o universo. Hume ataca esse argumento dizendo que a analogia não é tão forte.

Considere estes argumentos:

Nos seres humanos, o sangue circula.

Seres humanos e cachorros são similares.

Nos cães, o sangue circula.

Nos seres humanos, o sangue circula.

Os seres humanos e as plantas são similares.

Nas plantas, o sangue circula.

O primeiro argumento é muito mais forte que o segundo. Isso porque um argumento por analogia é tão forte quanto a semelhança:

Objeto *a* tem propriedade *P*.

[*n*] <u>Objeto *a* e objeto t são semelhantes ao grau *n*.</u>

Objeto *t* tem propriedade P.

Aqui, o "[n]" à esquerda é para mostrar que a força da conclusão é proporcional a n.

Hume afirma que o relógio e o universo não são muito semelhantes. Nós sabemos, por meio da experiência, que os relógios são feitos por relojoeiros. Em geral, uma inferência de um efeito observado à sua causa conjeturada deve ser baseada na indução. Por exemplo, se Sally possui uma erupção cutânea, nós inferimos que é de hera venenosa. Essavenosa. Esta inferência só é plausível se for baseada em um conhecimento *a priori* de que tais erupções cutâneas são normalmente causadas por hera venenosa, e isto depende da observação de um grande número de casos (o número de amostras é importante). Mas, para o universo, nós não temos nenhuma amostra prévia.! Então, os casos são diferentes.

Hume continua a fazer mais alguns pontos contra o argumento teleológico:

- Mesmo que exista um "relojoeiro", não poderia existir mais de um? Poderia existir múltiplas deidades, ou o(s) relojoeiro(s) pode(m) não ser o Deus dos teístas.
- O argumento teleológico é *a posteriori*, mas a maioria dos teólogos quer uma prova *a priori* para a existência de Deus (esta objeção está um pouco desatualizada).
- Por que parar em Deus ao explicar a ordem do universo? Nós podemos muito bem, diz Hume, parar na natureza, no percurso da postulação, porque, então, pelo menos, interrompemos o regresso infinito mais cedo.

Discussão

Conduza uma discussão a respeito do argumento teleológico e veja se a crítica de Hume funciona. Um designer inteligente e forças aleatórias são as únicas explicações possíveis para a ordem vista no universo?

Prática/dever de casa

Leia Stephen Jay Gould, "O Polegar do Panda", do livro de Bonjour e Baker, p. 642-647. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5_JD1_TJX88C&oi=fnd&pg=PA8&dq=bonjour+baker+filosofia&ots=v-FglwaqS4&sig=h5WrAKiPdu7psRFFGc4O-9TbEheM#v=onepage&q=bonjour%20baker%20filosofia&f=false. Acesso: 19/11/2018>.

DIA 9 – A EVOLUÇÃO E O ARGUMENTO TELEOLÓGICO

Conteúdo:	Método:
1. Atividade: observar a ordem na natureza	**1.** Atividade (15 minutos)
2. Evolução	**2.** Aula expositiva (10 minutos)
3. Evolução e argumento teleológico	**3.** Aula expositiva e discussão (25 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é entender como a teoria da evolução introduziu uma explicação alternativa para a ordem na natureza e como isto afeta o argumento teleológico.

Objetivos e conceitos-chave

- Que os alunos entendam as ideias básicas da teoria da evolução.
- Que os alunos entendam como a teoria evolutiva apresenta uma explicação alternativa para a ordem na natureza a partir do design inteligente e da aleatoriedade.
- Conceitos-chave: cChance, aleatoriedade, função, teoria evolutiva, árvore da vida, seleção natural, sobrevivência do mais forte, registro fóssil.

1. ATIVIDADE: OBSERVAR A ORDEM NA NATUREZA

Peça aos alunos que caminhem para fora e que tomem notas sobre a ordem que eles veem na natureza. Em particular, eles devem prestar atenção às adaptações que os organismos têm em seus ambientes, e na forma como suas partes do corpo funcionam para permitir-lhes sobreviver. Por exemplo, se eles veem pássaros, os alunos devem anotar sobre como tais pássaros são adaptados para voar e como as asas funcionam para fazer issto. Os alunos não precisam tentar desenvolver nenhuma nova ideia científica aqui; esta é apenas uma chance para que eles reflitamos alunos refletirem um pouco sobre o mundo físic, adquiramfísico e adquirirem um quadro mental e, assim, pensemar mais cautelosamente sobre a evolução.

2. EVOLUÇÃO

Os cientistas e os filósofos da biologia têm usado da teoria evolutiva para argumentar contra o argumento teleológico. Embora simplificando um pouco, podemos considerar a teoria da evolução a partir de dois postulados principais:

- Árvore da vida: tTodas as criaturas vivas evoluíram de uma (ou talvez de algumas) forma(s) de vida simples e original.
- Seleção Natural: os organismos sobrevivem a diferentes taxas com base na sobrevivência do mais apto, de acordo com quão vantajosas (ou prejudiciais) as diferenças genéticas são, moldando a árvore da vida. (A seleção natural serve para preservar e acumular pequenas mutações genéticas vantajosas).

O segundo princípio que foi realmente inovador na teoria de Darwin. A ideia de evolução não era nova, mas Darwin introduziu um poderoso mecanismo, capaz de explicar como a variação aleatória poderia levar à adaptação funcional e aos sistemas complexos. Organismos descen-

dentes dos mesmos progenitores variam um do outro. Isto graças aos processos aleatórios. No tempo de Darwin, ainda não era entendido exatamente como as variações ocorriam, mas nós, hoje, sabemos mais sobre genética. Indiferentemente da causa da variação aleatória, Darwin descobriu que as diferenças dariam aos organismos descendentes diferentes probabilidades de sobreviver para se reproduzir com êxito – os organismos mais fortes sobreviveriam, enquanto aqueles menos adaptados não o fariam. A seleção natural – as taxas diferenciais de sucesso reprodutivo com base nas diferenças genéticas – paulatinamente (ao longo de milhões de anos) criou e moldou a árvore da vida. Em particular, enquanto a variação nos organismos descendentes é dada graças ao processo aleatório, a retenção (ou rejeição) dessas variações não é aleatória. Em vez disso, a seleção natural que ocorre por meio da sobrevivência dos mais aptos é um processo não aleatório, que não filtra mudanças prejudiciais, mas preserva e acumula mudanças vantajosas. Essas mudanças vantajosas, portanto, trazem adaptações – mudanças que melhoram algumas funções para o organismo, e permitem-no adaptar-se ao meio ambiente.

Um exemplo de adaptação é a mudança de cor da Biston betulária (uma espécie de mariposa) na Inglaterra durante a revolução industrial. A grande maioria dessas mariposas tinham uma cor clara, que as camuflava nas árvores que possuíam líquens (fungos) claros. Mas durante a revolução industrial, muitos líquens morreram e as árvores ficaram escuras. Como resultado, as mariposas que eram mais escuras se proliferaram, enquanto a maioria das mariposas que eram mais claras morreram.

3. A EVOLUÇÃO E O ARGUMENTO TELEOLÓGICO

Voltando ao argumento teleológico, ele pergunta: qual é a melhor explicação para a ordem que nós vemos no mundo? Nos dias de Paley, as opções pareciam apenas duas: ou que um designer inteligente criou tudo, ou que foi tudo obra do o acaso. Paley usou uma analogia para o argumento, que afirma que, da mesma maneira que é mais plausível explicar a existência de um relógio apelando a um relojoeiro, é mais plausível explicar a ordem observada no mundo através de um designer. Ao passo que Hume alegou que a analogia era fraca, e, portanto, a existência de um designer não era uma explicação satisfatória, não estava claro que a aleatoriedade era uma alternativa melhor. A teoria darwiniana da evolução apresentou uma terceira explicação possível. Quão aceitável é essta explicação?

Em termos de plausibilidade, de forma imediata, ela parece ser superior à aleatoriedade. Considerando que é difícil ver como as funções efetivas do organismo podem surgir da aleatoriedade pura – da mesma maneira que não acreditaríamos que um relógio foi criado pelo vento, chuva etc., agindo nas pedras –, com a teoria da evolução, ganhamos um mecanismo claro sobre como as adaptações são selecionadas. Esta explicação não é mais aleatória. Esta, faz sentido.

Ademais, a teoria da evolução corresponde às observações científicas do mundo melhor do que as reivindicações tradicionais de que havia um designer, que nós chamamos de criacionismo. Por exemplo, as observações científicas e nossos conhecimentos de química, física e geologia indicam que a Terra tem vários bilhões de anos, não seis mil anos, como é afirmado pelos que interpretam a Bíblia de uma maneira literal. Os criacionistas poderiam rejeitar os resultados da ciência moderna, mas isso parece ser uma jogada radical e duvidosa a se fazer. É difícil ver como isso melhora a plausibilidade de suas explicações.

Também parece haver uma abundante evidência em forma de registro fóssil, que sugere que a evolução ocorreu. Por exemplo, existem fósseis de espécies que existiram no passado, mas que agora não existem mais, como o tigre-de-dentes-de-sabre e o mamute-lanoso. O criacionismo tradicional defende a ideia de que todas as espécies foram criadas ao mesmo tempo. Isto parece duvidoso, dadas as evidências paleontológicas. Os criacionistas poderiam afirmar que o registro fóssil foi criado por Deus para testar nossa fé, mas, de novo, isso só parece tornar o argumento menos plausível do que a explicação, mais simples, de que o registro fóssil reflete uma evolução das espécies.

Outro ponto a favor da explicação da evolução é que muitas espécies não estão desenvolvidas de forma perfeita. Por exemplo, avestruzes têm asas mesmo que não possam voar. As asas não atendem a uma função. Por que, então, um designer perfeito, onisciente e onipotente teria dado asas a elas? Por outro lado, isto faz sentido dentro da perspectiva da seleção natural. A avestruz, provavelmente, descende de espécies que podiam voar. A avestruz desenvolveu pernas mais fortes, que tornaram desnecessária a capacidade de voar. Embora as asas não exerçam o mesmo papel que antes, talvez elas ainda sejam úteis ou, pelo menos, não prejudiciais, então elas não evoluíram mais. Da mesma maneira, os pinguins não usam suas asas para voar, mas agora usam para locomoção aquática. Embora elas funcionem bem para a tarefa, se um designer criou os pinguins do zero, é possível indagar por que, então, não foi projetado com escamas ou algo mais diretamente envolvido para a locomoção aquática. Da mesma forma, o apêndice humano é um órgão vestigial – não é necessário, mas as pessoas o têm porque, no passado, tal órgão possivelmente exerceu um papel fundamental para uma espécie ancestral. Esstas questões são compatíveis com a teoria evolutiva, mas não com o criacionismo.

As homologias também corroboram a evolução. Homologia é o estudo dos padrões existentes entre espécies diferentes. Por exemplo, Darwin notou que "O que pode ser mais curioso do que a mão de um homem, feita para agarrar, a da toupeira, feita para cavar, a perna do cavalo, a barbatana do golfinho, a asa do morcego, todas essas estejam construídas com o mesmo padrão, e que incluem os mesmos ossos, nas mesmas posições relativas?" Essas estruturas possuem funções diferentes, então alguém pode pensar que um designer as projetaria diferentemente. Mas faz sentido que as estruturas possuem padrões semelhantes se evoluíram de um ancestral comum. Igualmente, existem casos de diferentes estruturas possuírem a mesma função que observamos na natureza. A asa dos pássaros e dos morcegos são muito diferentes, mas ambas possuem a função de voar. Por que um designer não criou uma asa perfeita e colocou-a em todas as espécies voadoras? Mas faz sentido para a evolução que os pássaros e os morcegos desenvolveram-se a partir de ancestrais diferentes.

Discussão

Conduza uma discussão sobre se a teoria da evolução é uma explicação melhor da ordem na natureza do que haver um designer inteligentede. Essas teorias poderiam ser mescladas? Poderia um designer inteligente ter regido a evolução? A navalha de Occam (simplicidade) corrobora que a evolução natural foi guiada por um designer?

Prática/dever de casa

Peça aos estudantes que leiam o trecho A Revolta da obra Os Irmãos Karamazov, de Dostoevsky, disponível em: < http://aneste.org/os-irmos-karamazov.html?page=16>.

DIA 10 – O PROBLEMA DO MAL

Conteúdo:	Método:
1. O mal no mundo	**1.** Discussão (15 minutos)
2. O problema do mal	**2.** Aula Expositiva (10 minutos)
3. O problema lógico do mal	**3.** Aula Expositiva (5 minutos)
4. O problema probatório do mal	**4.** Aula Expositiva (10 minutos)
5. Discussão sobre o problema do mal	**5.** Discussão (10 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é entender o problema do mal. Este é o principal argumento contra a existência de Deus. Existem duas versões: o problema lógico do mal e o problema probatório do mal.

Objetivos e conceitos-chave

- Que os alunos entendam o problema do mal.
- Que os alunos sejam capazes de distinguir entre as duas versões do problema do mal.
- Conceitos-chave: mal, onipotência, bem.

1. O MAL NO MUNDO

Espera-se que os Os alunos já tenhamdeveriam ter lido o capítulo "Rebelião" do livro *Os Irmãos Karamázov*, de Dostoiévski. Nesse trecho, a morte de uma criança inocente é vista como uma objeção à bondade de Deus e, portanto, à existência do Deus teísta tradicional. Agora, ofereça aos alunos alguns exemplos da vida real de coisas horríveis que também aconteceram. Se você puoder, use exemplos que os alunos estejam familiarizados, talvez acontecimentos locais ou algum acontecimento atual. Uma criança que perece em um incêndio ou um acidente de carro pode ser um exemplo convincente. Senão, você pode usar algo como o tsunami no Oceano Índico em 2004 ou o Furacão Catrina. O texto de Rauhut tem um bom exemplo de um terremoto em Lisboa que ocorreu em um feriado cristão, matando muitos crentes devotos. O exemplo está na página 185. Pergunte aos alunos qual é o efeito que esses tipos de eventos têm sobre eles quando consideram a possibilidade da existência de Deus. Pergunte aos alunos o que eles fariam se fossem confrontados com o problema contido no penúltimo parágrafo do trecho de Dostoiévski. Importa se o bebê alcançaria, eventualmente, a felicidade? Em vez disso, importa se alguém se ofereceu para ser torturado para ocasionar a situação? Poderiam, de algum modo, os exemplos que você ofereceu não serem verdadeiramente maus? Depois que a discussão atingir um ponto razoável, diga aos alunos que você quer considerar um argumento contra a existência de Deus, conhecido como o problema do mal, em um sentido mais formal. No final desta lição, você pode retomar essa discussão, se restar tempo. Como você vai dividir o tempo entre as duas [discussões] (](ou se você realizar uma ou duas discussões),) vai depender de onde, na discussão, você vai querer pausar para passar pelos detalhes formais do argumento. Obviamente, como professor você pode apenas considerar isso como um observador.

2. O PROBLEMA DO MAL

Nas discussões informais sobre a fé teísta (como aquela acima!), uma das razões mais comuns quepara os não crentes dão para não acreditar é citar algum evento terrível ou a existência geral do mal no mundo. Por exemplo, alguém pode dizer que não consegue acreditar em um Deus que permita que tanta gente inocente morra em um tsunami na Indonésia, ou no 119 de setembro [ataque terrorista], ou pode contar uma história mais pessoal, de um amigo ou parente virtuoso cuja a vida foi, sem explicações e tragicamente, encurtada. "O problema do mal" é o nome formal para esste argumento.

O problema do mal, como a maioria dos argumentos a favor ou contra a existência de Deus, começa com o conceito de Deus. Voltando à nossa primeira lição desta unidade, notamos que a concepção teísta tradicional é geralmente considerada como um Deus onipotente, onisciente e onibenevolente. No entanto, certamente, parece que existe maldade – dor, sofrimento etc. – no mundo. Se Deus fosseé onibenevolente, ele não iria querer que existisse apenas a bondade no mundo? E, se Deus é onisciente e onipotente, Deus não saberia que o mal existe e não seria capaz de eliminá-lo? Vamos, em breve, apresentar algumas distinções e esclarecer os detalhes das diferentes versões, mas a essência do problema do mal é, basicamente, essta aparente contradição entre Deus ser onipotente, onisciente, moralmente perfeito, e o mal no mundo, que pode ser resumido neste argumento (do artigo de Michael Tooley na Enciclopédia de Filosofia de Stanford):

1. Se Deus existe, então Deus é onipotente, onisciente, e moralmente perfeito.
2. Se Deus é onipotente, então tem poder para eliminar todo o mal.
3. Se Deus é onisciente, então Deus sabe quando o mal existe.
4. Se Deus é moralmente perfeito, então Deus tem a vontade de eliminar todo o mal.
5. O mal existe.
6. Se o mal existe, então, ou Deus não tem poder para eliminá-lo, ou não sabe que ele existe, ou não tem a vontade de eliminar todo o mal._
7. Logo, Deus não existe.

Na verdade, existem dois principais tipos de argumentos que podem ser feitos no que concerne ao problema do mal.

3. O PROBLEMA LÓGICO DO MAL

O problema do mal pode ser formulado como um argumento puramente dedutivo, que tenta mostrar que a existência do mal no mundo é logicamente incompatível com a existência de Deus. Esta é uma abordagem ambiciosa, na medida em que pretende estabelecer a afirmação muito forte de que é logicamente impossível que exista, ao mesmo tempo, o mal no mundo e Deus. Como parece que há muita maldade no mundo, a conclusão é que Deus não existe. O argumento apresentado acima é um exemplo desste tipo de argumento. Essta forma do argumento depende, fundamentalmente, da premissa de que, se Deus é moralmente perfeito, então tem a vontade de eliminar todo o mal (premissa 4 do argumento acima). Como veremos quando discutirmos as respostas ao problema do mal, existem bastantes debatesexiste bastante debate que podemos fazer sobre essa premissa. Algumas pessoas afirmam que podem existir razões pelas quais Deus permita algum mal no mundo, por exemplo, para criar a possibilidade de livre arbítrio ou para produzir algum bem maior, não possível sem a existência de algum mal. Outros, é claro, acham isto implausível ou que apela inadequadamente ao mistério ou à ignorância e, consequentemente, foge do assunto.

4. O PROBLEMA PROBATÓRIO DO MAL

Em vez da versão dedutiva que estamos analisando até agora, o problema do mal pode, em vez disso, ser formulado como um argumento de prova – isto é, um argumento indutivo/probabilístico de que existem maldades que tornam improvável que Deus exista. Esta é uma afirmação mais modesta do que tentar mostrar que a existência de Deus é logicamente impossível existir o mal e Deus, ao mesmo tempo. No entanto, se bem-sucedido, ainda levaria o teísmo a uma dúvida grave. Aqui, algo como a premissa 4 é desnecessário. Ao em vez disso, alguém pode citar algumas formas específicas e concretas de maldade que sãoé intrinsecamente másmal, e que as mesmas poderiam ser evitadas (por um ser onipotente) sem causar um mal igual ou maior, ou que impeça um bem igual ou maior. Podem ser exemplos situações em que animais morrem agonizando em um incêndio florestal ou um bebê sofrendo uma morte dolorosa e lenta por causa de um câncer. Aqui está um exemplo formal desse tipo de forma evidencial do problema do mal (também do artigo de Tooley para a Enciclopédia de Filosofia de Stanford):

1. Existem situações em que animais morrem agonizando em incêndios florestais, ou onde crianças sofrem mortes lentas e sofridas por conta de um câncer, e que (a) existem males que são intrínsecos ou indesejáveis, e (b) existe algum ser onipotente que tenha poder para preveni-lo sem permitir um mal igual ou maior, ou evitar um bem igual ou maior.

2. Para qualquer situação (que seja real), a existência de tais situações indica que não são evitadasé evitada por ninguém.

3. Para qualquer situação, e qualquer pessoa, se a situação é intrinsecamente má, e que a pessoa tenha o poder para preveni-la sem permitir um mal maior ou igual, ou que impeça um bem maior ou igual, mas tendo o poder, não o faz, então essta pessoa não é onisciente e moralmente perfeita.

4. Logo:

5. Não existe uma pessoa onipotente, onisciente, e moralmente perfeita.

6. Se Deus existe, ele é uma pessoa onipotente, onisciente, e moralmente perfeita.

7. Logo:

8. Deus não existe.

Aqui, a premissa crucial é a primeira (eEla desempenha um papel análogo nesste argumento, que a quarta premissa fez no problema lógico do mal). Podemos provar que existem situações com tais propriedades – que são descritasé descrita nas partes (a) e (b) da premissa? Para provar dedutivamente, seria necessário conhecer a totalidade do que existe para conhecer as propriedades morais. Em outras palavras, nós precisaríamos ser capazes de avaliar não só se tais situações são intrinsecamente más, mas, mais notavelmente, também ser capazes de julgar se não existem males maiores que poderiam ser evitados à custa de permitir tais situações, e se permitir tais situações traria bens maiores, que superassem o mal. Ou, para falar mais abertamente, precisamos ter uma teoria ética globalizante, completa e correta, com a qual pudéssemos deduzir as respostas para essas questões. Algumas pessoas pensam que temos uma teoria da ética, mas essa afirmação é altamente controversa. Portanto, pelo menos não está claro que podemos deduzir a premissa. Se pudéssemos deduzi-lo, esste argumento tornar-se-ia uma espécie de versão mais concreta do problema lógico do mal; em vez de partir da existência abstrata e geral do mal, dependeria de instâncias específicas e concretas do mal.

Mas apresentamos essta versão do argumento como o problema evidencial do mal. Isso porque parece que precisamos sustentar a primeira premissa de forma indutiva (ou pelo menos não dedutiva), em vez de dedutivamente. Por isso, obtemos resultante problema probatório do mal (em vez de lógico). É não dedutivo porque estamos dizendo, essencialmente, que o tipo de mal concreto descrito na primeira premissa provavelmente não leva a um bem maior, que o supera e, provavelmente, não é necessário evitar outra alternativa, ainda mais a alternativa do mal. Muito provavelmente, é maul o que é apenas ruim, e que pensamos que

um Deus onisciente, onipotente, e moralmente perfeito impediria. Então, uma vez que o mal, provavelmente, está no mundo não para um propóosito maior, provavelmente não existe o Deus teísta, pois, caso contrário, tal Deus o impediria. A natureza probabilística e não dedutiva desste argumento vem de como sustentamos a primeira premissa – pensamos que é provavelmente o caso, não que seja um fato definitivo.

5. DISCUSSÃO SOBRE O PROBLEMA DO MAL

Uma vez que você introduziu formalmente o problema do mal e explicou a versão lóogica e probatória dele, com o tempo restante, você pode voltar a ter uma discussão de turma sobre isso. Pergunte aos alunos se tais argumentos são convincentes. Quais respostas podem ser necessárias? São necessárias outras respostas para as duas versões do argumento? Quais coisas eles viram no mundo que os fazem duvidar que existe um Deus onibenevolente guiando os eventos?

Dever de casa

Ler "Mal e onipotência", de J. L. Mackie, da obra de Bonjour e Baker, p. 683-690. Disónível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5_JD1_TJX88C&oi=fnd&pg=PA8&dq=bonjour+baker+filosofia&ots=v-FglwaqS4&sig=h5WrAKiPdu7psRFFGc4O9TbEheM#v=onepage&q=bonjour%20baker%20filosofia&f=false>.

DIA 11 – RESPOSTAS AO PROBLEMA DO MAL

Conteúdo:	Método:
1. Respostas ao problema lógico do mal	**1.** Pense, compartilhe, compartilhe e discuta (25 minutos)
2. Respostas ao problema da evidênciae-videncia do mal	**2.** Palestra e discussão (25 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é compreender respostas comuns ao problema do mal.

Objetivos e conceitos-chave

- Os alunos devem entender respostas comuns ao problema do mal.
- Conceitos-chave: defesa de livre arbítrio, teodiceia.

1. RESPOSTAS AO PROBLEMA LÓGICO DO MAL

Aqui está uma formulação formal do problema lógico do mal novamente:

1. Se Deus existe, Deus é onipotente, onisciente e moralmente perfeito.
2. Se Deus é onipotente, Deus tem o poder de eliminar todo o mal.
3. Se Deus é onisciente, Deus sabe quando o mal existe.
4. Se Deus é moralmente perfeito, Deus tem o desejo de eliminar todo o mal.
5. O mal existe.
6. Se o mal existe e Deus existe, então, Deus não tem o poder de eliminar todo o mal, ou não sabe quando o mal existe, ou não tem o desejo de eliminar todo o mal.
7. Portanto, Deus não existe.

A partir da explicação do argumento na lição anterior, espera-se que os alunos tenhamdeveriam ter visto que o raciocínio nesste argumento é válido. Se quisermos evitar a conclusão (se pensarmos que é incorreto), então uma ou mais premissas não devem ser verdadeiras. Lance mão de uma breve atividade de pensamento, em pares, e de pares, de compartilhamento, para que os alunos tentem encontrar onde o link é mais fraco está.

Pensando emAtividade de pensamento, de pares e compartilhando a, de compartilhamento:

A. Reflexão (5 minutos)

Peça a elesaos alunos que pensem e escrevam respostas breves às seguintes questões:

- Todas as premissas são verdadeiras? Iniciando premissa por premissa, avalie se é claramente verdade, claramente falso ou não é claro. (Sugestão: a primeira premissa apenas especifica que estamos considerando um deus clássico-teísta para os propósitos desste argumento. Suponha que seja verdade).
- Se você acha que um ou mais pode ser falso, por quê? O que o faria (possivelmente) falso?
- Como um ateu responde para tentar defender a premissa? Essa defesa funciona?

B. Em pares (5 minutos)

Emparelhe alunos e peça-lhes para discutir suas respostas na parte A com seus parceiros.

C. Discussão (15 minutos)

Dirija uma discussão sobre o argumento. Como um grupo, você deve determinar o seguinte: a primeira premissa é verdadeira por padrão, porque elae apenas especifica que estamos considerando um Ddeus clássico-teísta para que esse argumento funcione – ou seja, estamos fazendo um argumento dependente das propriedades de um Deus clássico-teísta. As premissas segunda e terceira são verdadeiras por definição (dos termos "onipotente" e "onisciente"). A quinta premissa parece claramente verdadeira pela observação do mundo. A sexta premissa é verdadeira basicamente por enumeração de possibilidades. O elo fraco é a quarta premissa.

A quarta premissa pode ser falsa porque esse mal pode ser necessário para criar um bem de nível superior. Por exemplo, talvez alguém esteja sofrendo com alguma dor, mas isso levará a um conhecido a ajudá-la – talvez recebendo algum remédio e cuidando dela – o que, por sua vez, leva a uma longa e gratificante amizade. Um ateu pode objetar que certamente a amizade poderia ter se desenvolvido sem o sofrimento. Em resposta, um teísta pode argumentar que, embora estse possa ser o caso para essta situação, no entanto, parece que seria difícil pensar que todos os bens de ordem superior poderiam surgir sem a existência de algum mal. Por exemplo, a coragem parece que poderia surgir apenas se houver a ameaça real de ser machucada ou ferida. E como a compaixão pode surgir sem sofrer? Um ateu pode contrariar que não sabemos realmente qual é o melhor geral, e os bens de ordem superior podem não ser melhores do que a ausência de maldade e sofrimento. Mas, neste momento, parece que o teísta criou, pelo menos, dúvidas sobre se devemos aceitar a quarta premissa.

Alguns teóricos argumentaram ainda que a existência do mal é necessária para um bem de ordem superior particular: o livre arbítrio. A defesa da vontade livre tenta transformar o problema lógico do mal em sua cabeça ao mostrar que existem razões positivas para pensar que a existência do mal é logicamente compatível com a existência de Deus. A ideia é que mesmo um Deus onipotente não teria controle total sobre pessoas genuinamente livres. Como Deus deu aos seres humanos o poder de agir livremente, e, às vezes, as pessoas agem de formas que infligem sofrimento e maldade, Deus deve permitir o mal. Parece impossível para um mundo com seres livres não conter nenhum mal. Alguns argumentaram em resposta que, mesmo que Deus tenha dado às pessoas livre vontade, ele ainda poderia evitar a existência do mal. Uma vez que Deus pode prever o que as pessoas vão fazer, ele pode fazê-lo de tal forma que apenas as pessoas que fazem as escolhas corretas podem atuar em sua liberdade. Outros ficariam incapazes de realizar seus atos malignos. Por isso, haveria vontade livre, mas o mundo ficaria livre de sofrimento real. Claro, pode-se afirmar que não está claro se isso é realmente um livre arbítrio. E então os argumentos continuam.

2. RESPOSTAS AO PROBLEMA EVIDENCIAL DO MAL

Dada a dificuldade de defender a afirmação de que Deus deseja eliminar todo o mal, a maioria dos filósofos considera o problema evidencial do mal como a versão mais forte. As respostas ao problema evidencial do mal podem ser divididas em três grandes categorias: refutas totais, defesas e teodicias. Para entender esses diferentes tipos de respostas, podemos notar que o problema evidencial do mal, essencialmente, acaba sugerindo duas coisas por sua vez: que, antes de tudo, há fatos sobre o mal no mundo que fazem com que *prima facie* (à primeira vista) pareça irracional. Para acreditar em Deus; e em segundo lugar, quando colocamos esses fatos em conjunto com todas as outras coisas, justificamos-nos acreditar, a crença na existência de Deus ainda parece injustificada em relação a todas as evidências disponíveis. Em outras palavras, a primeira parte é que parece haver um mal desnecessário que nos faz pensar

que Deus não existe. Mas, então, devemos considerar se, por exemplo, todo o mal do mundo realmente existe para produzir mercadorias de ordem superior. A segunda parte do problema evidencial do mal é o argumento de que pelo menos algum sofrimento e mal parece ser inútil, e a totalidade da evidência ainda sugere que Deus não existe. As respostas podem tentar prejudicar uma ou ambas as reivindicações.

a) **Refutações totais**: são tentativas de refutar que os fatos sobre o mal no mundo fazem,tornam, até mesmo à primeira vista, irracional, razoável não razoável acreditar em Deus.

b) **Defensas**: são tentativas de mostrar queisso, enquanto que os fatos sobre o mal no mundo tornam razoaávelmente irracional acreditar em Deus, ainda é razoável acreditar em Deus quando todas as coisas são consideradas. Aqui, é preciso propor uma história plausível e logicamente consistente em que Deus e o mal existem de forma compatível, uma história que, «para todos nós sabemos», pode ser verdade.

c) **Teodiceias**: são semelhantes às defesas, mas tomam a abordagem mais ambiciosa de descrever, para todo o mal do mundo, algum estado de coisas que é razoável acreditar e que fornece um Deus onisciente e onipotente com uma razão moralmente suficiente para permitir oa mal. Assim, é razoável acreditar que todos os males são justificados. Isso é semelhante ao que o teísta defendeu contra o problema lógico do mal, mas agora a tarefa é mais difícil, porque, ao invés de mostrar que há bens de ordem superior para os quais algum mal existente é necessário (em outras palavras, que algum mal existente éÉ compatível com a existência de Deus), o teísta é obrigado a justificar cada instância do mal como levando a um bem maior.

1. Vejamos esses tipos de respostas, por sua vez.

2. **Refutações totais**: há pelo menos três maneiras principais de como os teístas tentaram negar que o mal, mesmo que *prima facie*, faz a crença em Deus não razoável.

a) **Limitações epistemológicas humanas**: este é o tipo mais comum de refutação total. O argumento é que, porque a cognição humana é limitada, não estamos justificados em contestar a premissa de que existem estados de coisas (o mal) que, dado apenas o que sabemos, seria errado para um ser onisciente e onipotente permitir a existência. Isso leva à conclusão de que existem estados de coisas que, todas as coisas consideradas, provavelmente seriam moralmente errados para que um ser onisciente e onipotente permita a existência. Em outras palavras, nossos intelectos são muito limitados para entender os motivos que Deus tem para permitir o mal. No entanto, a maioria dos filósofos acha isso insatisfatório, pois parece que podemos usar um raciocínio não dedutivo, como uma inferência para a melhor explicação para concluir, pelo menos, que é provável que permitir o mal não seja justificado moralmente. Se não parece que há um propósito mais elevado para o mal, então por que devemos assumir que o raciocínio de Deus é misterioso e diferente do nosso, que existe algum propósito mais oculto?

b) **A defesa do "não melhor mundo possível"**: isso é um apelo para que não haja um dos melhores mundos possíveis. Se imaginarmos todas as formas como o mundo poderia ser, e uma maneira é melhor do que todo o resto, então Deus teria motivos suficientes para escolher essa. De fato, se Deus é moralmente perfeito, Deus teria que fazer o mundo desse jeito. Presumivelmente, esse seria um mundo com a quantidade mínima de maldade, ou pelo menos o bem mais geral. Mas se, para todo mundo possível, por bom que seja, há um melhor, então Deus não pode escolher o melhor mundo possível (uma vez que não existe um) e, portanto, o fato de que o mundo real poderia ser melhorado não nos dá motivos para pensar que um ser onisciente e onipotente ainda não poderia ser moralmente perfeito.

3. A resposta padrão a esse argumento é que o problema evidencial do mal não se propõe a saber se este mundo poderia ser melhorado ou se há o melhor de todos os mundos possíveis. O problema simplesmente depende de que haja boas razões para pensar que existe o mal, como o sofrimento, que, em todas as coisas consideradas, parece ser moralmente errado que um ser onisciente e onipotente permita. Se é possível que haja mundos melhores e melhores sem limites, é simplesmente irrelevante.

a) **Apelar para o argumento ontológico**: se o argumento ontológico é válido, isso nos obriga a aceitar que Deus necessariamente existe. Então, a probabilidade de obtermos do problema de prova não dedutivo do mal para a conclusão de que Deus provavelmente não existe deve diminuir para zero; basicamente, um argumento dedutivo válido supera um argumento não dedutivo na direção oposta, por razões óbvias. Note-se que apenas o argumento ontológico, de todos os argumentos para a existência de Deus, poderia fazer isso, porque é o único dos argumentos para a existência de Deus que é dedutivo (é *a priori* em vez de *a posteriori*). No entanto, a maioria dos filósofos conclui que o argumento ontológico não é válido. Veja as lições anteriores sobre o argumento ontológico para obter mais informações.

4. **Defesas**: há várias maneiras pelas quais alguém pode oferecer uma defesa. Um exemplo é apelar para evidências positivas para a existência de Deus. Aqui, a ideia é que, à medida que equilibramos a evidência positiva dos argumentos tradicionais para a existência de Deus, como os argumentos cosmológicos e teleológicos, pode-se superar a evidência negativa da aparente existência do mal injustificado. Mas isso não parece muito promissor. Considere o argumento cosmológico. Na lição sobre esse tópico, observamos que, mesmo que fosse bem-sucedida, aparentemente mostraria apenas que há um motor imóvel ou a primeira causa ou a primeira coisa necessária. Não parece capaz de estabelecer uma conclusão sobre o caráter moral da primeira causa/coisa necessária, mas sozinha, uma reivindicação tão forte como a de que o ser em questão é moralmente perfeito. Na ausência disso, mesmo que o argumento fosse sólido, não poderia prejudicar o problema evidencial do mal. O problema evidencial do mal sugere que é muito improvável que haja um ser moralmente perfeito e, portanto, é muito improvável que o Deus clássico-teísta exista. Argumentar que existe uma primeira causa/coisa necessária não nos leva a lugar nenhum em termos de substituição enquanto equilibramos os argumentos concorrentes. Da mesma forma, o argumento teleológico tenta estabelecer a existência de um designer ou criador do mundo. Mas a mistura do bem e do mal que observamos no mundo não parece apoiar a afirmação de que o designer é muito bom, mas sozinho, moralmente perfeito. Portanto, é incapaz de superar o problema evidencial do mal.

5. **Teodiceias**: existem muitas teorias que foram propostas para descrever completamente todas as abordagens gerais. No entanto, alguns tipos importantes incluem aqueles que apelam para o desenvolvimento de traços de caráter desejáveis em face do sofrimento, o valor do livre arbítrio e o valor de um mundo regido por leis naturais. Por exemplo, um tipo de teodiceia centra-se na ideia de que, enfrentando o mundo maligno, as pessoas, através de suas escolhas livres, sofrem um crescimento espiritual que desenvolve suas almas e as torna aptas para a comunhão com Deus. A superação das tentações é uma conquista moral. Ao fazer escolhas corretas em situações concretas, as pessoas alcançam a bondade em um sentido mais rico que simplesmente sendo criado inocente ou virtuoso. Há muitas razões para pensar que essa teodiceia é insatisfatória. Primeiro, por que devemos pensar que o sofrimento horrível, como o infligido a pessoas no holocausto ou que resulta de câncer, é necessário para o crescimento espiritual? E, em caso afirmativo, não deve esse sofrimento tão extremo cair geralmente sobre aqueles que precisam do crescimento mais espiritual do que os de bom caráter moral? Não parece haver um padrão desse tipo. Em segundo lugar, essa teodiceia não fornece nenhum motivo para o sofrimento dos animais ou para essa questão para a necessidade de predação. Em terceiro lugar, essa teodiceia não parece explicar o sofrimento de crianças inocentes e jovens. Finalmente, no geral, não parece que nosso mundo seja o que poderíamos considerar como o objetivo de realizar um bom trabalho de fazer almas. Muitas pessoas morrem jovens, antes de terem tido a chance de resistir à tentação ou desenvolverem a moral; algumas pessoas vivem vidas de luxo que não parecem exigir que elas se desenvolvam moralmente; e ainda outros sofrem tanto que eles não parecem ter a oportunidade de desenvolver traços morais envolvidos em relacionamentos com outros.

Outro tipo de teodiceia apela ao livre arbítrio. Aqui, a ideia é que o livre arbítrio é valioso e, por isso, Deus criou um mundo em que as pessoas possuem livre arbítrio, mesmo que possam abusá-lo. Mesmo que as pessoas abusem, esse mundo é melhor do que aquele em que as pessoas não têm vontade. Mais uma vez, há muitas dificuldades com essa teodiceia. Embora a vontade livre seja valiosa, isso não significa que não se deve intervir para bloquear o exercício do livre arbítrio. É consensual que devemos evitar uma possível violação ou assassinato. Por que Deus não permitiria que as pessoas escolhessem e, então, as impediria de completar o ato? Além disso, o fato de o livre arbítrio ser valioso não significa que seja bom para as pessoas ter a capacidade de causar grandes danos aos outros. Poderíamos imaginar pessoas com liberdade

de vontade, mas não o poder de torturar outros. Finalmente, essa teodiceia não parece capaz de explicar o mal que ocorre por desastres naturais. Há terremotos, tsunamis, furacões etc. que introduzem o mal no mundo. Como esse mal pode ser atribuído ao livre arbítrio humano?

Ainda, outro tipo de teodiceia apela ao valor das leis naturais. Um mundo que é regular é bom porque permite uma ação efetiva. A regularidade vem das leis naturais. Então, mesmo que as leis naturais introduzam o mal, um mundo com leis naturais é melhor que um sem. O que é o mundo depende não apenas das leis naturais, mas também das condições iniciais do que era o mundo quando as leis começaram a funcionar. Por que as condições iniciais não poderiam ser configuradas para evitar o mal? Ainda haveria regularidade, mas nenhum mal. Além disso, o mundo é dependente não só de leis, mas de sua natureza precisa. Por que não poderia um ser onipotente estabelecer as leis da física como elas são, mas ajustar as leis que ligam as experiências aos nossos estados neurofisiológicos, de modo que a dor muito intensa não é sentida? Finalmente, ao contrário da última teodiceia, enquanto essa teodiceia oferece uma descrição do mal natural, não parece capaz de explicar o mal moral. Se outra teodiceia pudesse complementar esta naquela contagem, isso poderia ser promissor, mas, como já vimos, os que exploramos parecem problemáticos.

Discussão

Com qualquer tempo restante, conduza uma discussão sobre as respostas ao problema evidencial do mal.

Assistência ao caso

Leia Walter Kaufmann, "Aposta de Pascal, da Crítica da Religião e da Filosofia", do livro de Bonjour e Baker, p. 696-698. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5_JD1_TJX88C&oi=fnd&pg=PA8&dq=bonjour+baker+filosofia&ots=v-FglwaqS4&sig=h5WrAKiPdu7psRFFGc4O9TbEheM#v=onepage&q=bonjour%20baker%20filosofia&f=false>.

DIA 12 – FÉ E RACIONALIDADE

Conteúdo:	Método:
1. Teoria do jogo e valor esperado	**1.** Atividade (20 minutos)
2. Aposta de Pascal	**2.** Palestra (10 minutos)
3. Objeções para a Aposta de Pascal	**3.** Conferências e discussões de classe (20 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é entender a Aposta de Pascal, que argumenta que devemos acreditar em Deus por razões prudenciais – acreditar leva a um resultado esperado melhor em média do que não acreditar. Algumas objeções básicas serão consideradas.

Objetivos e conceitos-chave

- Os alunos devem entender a Aposta de Pascal.
- Os alunos devem entender críticas básicas e algumas respostas.
- Conceitos-chave: teoria do jogo, valor esperado, matriz de decisão.

1. ATIVIDADE: TEORIA DO JOGO E VALOR ESPERADO

Mostre aos alunos o seguinte vídeo[1]: <http://www.youtube.com/watch?v=p3Uos2fzIJ0>.

Divida os estudantes em grupos de três para jogar o jogo como no videoclipe. Prepare com antecedência algum tipo de bolas ou discos "dividir" e "roubar". Podem ser fichas de poker plásticas com a palavra apropriada pintada ou gravada de um lado, ou qualquer item criativo que você gostaria de fazer. Para cada grupo, duas pessoas jogam uma contra a outra enquanto o terceiro atua como anfitrião, dizendo aos "concorrentes" quando revelar suas escolhas. Os concorrentes podem apenas ter ambos os discos virados para baixo, mover um para a frente e, em seguida, virar-lo quando solicitado pelo host. Para torná-lo mais divertido, você pode usar fichas como "dinheiro" para distribuir aos vencedores. Peça aos grupos que façam uma rotação dos papéis e repita o processo várias vezes para que todos possam testar diferentes estratégias.

Traga toda a classe de volta. Pergunte o que aprenderam. Em particular, o que os alunos pensam é a melhor estratégia e por quê?

Explique que podemos analisar estratégias observando todas as possíveis escolhas e vendo quais resultados são possíveis. Em outras palavras, podemos escrever uma matriz de pagamento ou matriz de decisão para o jogo:

[1] Nota do tradutor: Não conseguimos nenhum link do programa sugerido ou similar que tivesse a mesma abordagem. Como ele trata da teoria da teoria dos jogos: https://www.youtube.com/watch?v=nq_0Km_9Slw

		Concorrente B	
		Dividir	Roubar
Concorrente A	Dividido	£50k, £50k	0, £100k
	Roubar	£100k, 0	0, 0

Se o competidor A roubar e o competidor B se separar, o competidor A ganha £ 100k em vez de £ 50k. Se ambos os competidores roubarem, o competidor A obtém o mesmo que se tivesse dividido. (Em qualquer caso, uma vez que o competidor B rouba, o competidor A não tem como ganhar dinheiro). Então, em todos os casos, o competidor A faria assim como ou melhor roubando do que dividindo. (Nesse caso, dizemos que roubar é uma estratégia fracamente dominante. Se uma estratégia leva a fazer melhor do que qualquer outra estratégia em todos os casos, dizemos que é uma estratégia estritamente dominante). Roubar é a melhor estratégia. Um jogador racional sempre deve roubar!

Podemos até imaginar o valor esperado das diferentes decisões, desde que possamos atribuir uma probabilidade de como o concorrente B atuará. Não sabendo nada sobre as inclinações do competidor B, parece razoável supor que ele dividirá ½ do tempo e roubará ½ do tempo. Então, se o competidor A roubar, ½ do tempo ele ganhará £ 100k e ½ do tempo ele ganhará £ 0. Então, o competidor A deve ganhar ½ (£ 100k) + ½ (£ 0) = £ 50k + £ 0 = £ 50k. Se o competidor A dividir, ganhará £ 50k, metade do tempo que o competidor B divide e £ 0, ½ do tempo que o competidor B rouba. Então, o competidor A ganhará ½ (£ 50k) + ½ (£ 0) = £ 25k + £ 0 = £ 25k. Desde que £ 50k> £ 25k, roubar é a decisão mais lucrativa. (Se sabemos que o concorrente B terá probabilidades diferentes para as duas ações, então obteremos valores esperados diferentes, mas a maneira de calcular os valores esperados permanece a mesma).

Quando analisamos possíveis decisões dessa maneira – considerando a probabilidade de acabar com possíveis resultados e o valor esperado desses resultados – estamos usando a teoria dos jogos. (Alguns alunos também podem ter ouvido falar sobre o termo "teoria da decisão", para jogos estratégicos desse tipo particular, os dois basicamente se sobrepõem).

2. A APOSTA DE PASCAL

Diga aos alunos que agora queremos tomar uma decisão sobre acreditar em Deus. Divida-os em pequenos grupos e peça a cada grupo que tente resolver a matriz de decisão e encontrar a "melhor estratégia" para essa decisão (lembre-os de que agora temos apenas um competidor em vez de dois, então haverá apenas um resultado em cada quadrado – pode ser preciso dar algumas dicas sobre como configurar as coisas para se certificar de que eles estão no caminho certo). Especificamente:

- Quais são as escolhas possíveis (decisões)?
- Quais são os possíveis resultados?
- Como é a matriz de pagamento?
- Quais são os valores esperados para cada escolha? Os valores exatos não são necessários, apenas começando uma ideia de classificar o que é melhor e o que é pior. (Peça-lhes que pensem sobre quais as probabilidades de cada resultado, mas também se isso importa e, se não, por que não).
- Qual é a melhor "estratégia", ou seja, qual é a decisão que a teoria dos jogos nos diz que devemos tomar?

Peça a cada grupo que coloque sua matriz de recompensa e apresente os valores esperados (ou pedidos) no quadro, juntamente com qual estratégia (decisão) concluiu o grupo. Dirija uma discussão sobre o que eles apresentam e o que este exercício nos ensina. Idealmente, a matriz de recompensa deve ser assim:

		Caso real	
		Deus existe	Deus não existe
Decisão	Acredita	Felicidade eterna	Desperdiçou um pouco e perdeu a diversão
	Não acredita	A condenação eterna	Teve mais diversão

Recebemos a seguinte análise dos valores esperados para os diferentes casos:

a) **Acredita e Deus existe**: a felicidade eterna é infinitamente boa, então, qualquer que seja a probabilidade, *p*, de Deus existir, o valor esperado é o infinito, que é o infinito!

b) **Acredita e Deus não existe**: este é negativo, porque obtemos um resultado ruim (perda de tempo), pequeno e finito, então, independentemente da probabilidade de Deus não existir (o que é 1 p, se A probabilidade de que Deus existe é p, uma vez que a probabilidade total deve somar para 1), o valor esperado será um número pequeno, finito e negativo.

c) **Não acredita e Deus existe**: a condenação eterna é infinitamente ruim, então o valor esperado é o infinito negativo, sem importar a probabilidade.

d) **Não acredita e Deus não existe**: você obtém um resultado positivo pequeno e finito. Portanto, o valor esperado será, por sua vez, positivo, mas finito.

Quando consideramos os valores esperados, rapidamente percebemos que acreditar é a "estratégia" com a melhor recompensa. Se Deus existe, acreditar desiste do infinitivo positivo em oposição ao infinito negativo, então é melhor (infinitamente). Se Deus não existe, não acreditar dá um resultado melhor, mas é uma pequena quantidade finita positiva *versus* uma pequena quantia negativa finita. Assim, o ganho que ganhamos ao não acreditar é (infinitamente) menor do que a vantagem que obtemos por acreditar se Deus existe. Então, é do nosso melhor interesse, prudencialmente (pensando em resultados práticos para nós), acreditar.

Este (tipo de) é o argumento da aposta de Pascal. Para ser preciso, Pascal realmente considerou apenas a escolha de acreditar (a linha superior da matriz). Ele argumentou que, se Deus existe, obtemos um resultado infinitamente bom, mas, se Deus não existe, perdemos apenas uma pequena quantia finita. Então, no equilíbrio, acreditar é, de forma esmagadora, uma boa decisão. (Ele não tentou "assustar" as pessoas considerando o castigo por não acreditar e estar errado). Independentemente disso, o ponto permanece o mesmo: devemos acreditar em Deus, porque em equilíbrio nos dá os melhores resultados.

5. OBJEÇÕES PARA A APOSTA DE PASCAL

Na próxima lição, consideraremos uma posição fundamentalmente contrária à aposta de Pascal. Por enquanto, vejamos algumas breves objeções.

A. Aceitar que é prudencial não leva à crença

Uma resposta comum à aposta de Pascal é esta. Mesmo que você aceite o argumento de que está no seu (mais prudencial) melhor interesse acreditar em Deus, isso não faz com que

você realmente acredite. A crença geralmente não está sob nosso controle voluntário. Por exemplo, suponha que estou fazendo um exame e penso que, se eu acreditar que vou fazer bem, vou relaxar e fazer melhor. Infelizmente, não é provável que eu possa me forçar a ter confiança, especialmente se eu não tiver tido êxito nesse assunto anteriormente – embora eu aceite essa crença, fazer bem é o meu melhor interesse.

Pascal teve uma resposta a essa crítica. Ele sugeriu, em certo sentido, que as pessoas deveriam fingir até desenvolver a crença. Em outras palavras, se você aceita que é do seu melhor interesse acreditar, mas ainda não acredita na existência de Deus, você deve ir à igreja, participar de serviços etc. Ao passar pelos movimentos, Pascal argumenta que as pessoas vão condicionar elas próprias e se habituar à vida religiosa, tornando provável que a crença comece a se enraizar.

Questão de discussão: a resposta de Pascal a essa objeção parece razoável? Parece plausível que "passar pelos movimentos" gerará crença?

B. Não parece estar no "espírito" da religião

A maioria das pessoas pensam que, pelo menos quando se trata de religiões judaico-cristãs tradicionais, a crença não deve ser para ganhos pessoais. A aposta de Pascal é um argumento que apresenta como motivo de crença que o crente se beneficiará pessoalmente – é a estratégia que leva ao maior valor esperado.

Pergunta de discussão: a aposta de Pascal se encaixa no espírito da religião? Apoia a crença pelas razões corretas?

C. Não parece apoiar a crença em uma concepção particular de Deus

Isso é conhecido como a objeção de muitos deuses. Digamos que você está convencido por Pascal e quer acreditar em Deus. Então parece que você ainda precisa escolher qual religião adotar. A aposta de Pascal requer que o Deus em questão prometa entregar a vida eterna aos crentes e não aos não crentes. Há muitos conceitos de um deus que se encaixam nesse requisito: as versões podem ser apresentadas não apenas para um deus cristão, um deus judeu, um deus muçulmano, um deus hindu etc., mas para infinitas descrições possíveis de Deus. Essa situação não é apenas perturbadora, porque deixa uma pergunta sobre quais rituais religiosos podem participar, mas realmente detém o potencial de minar o argumento. Lembre-se de que um crente só ganha a recompensa da vida eterna se acreditar no Deus correto – aquele que realmente existe. Se um número infinito de versões da aposta de Pascal pode ser feito, cada um apoiando uma descrição diferente de Deus, então o valor esperado de acreditar em qualquer um deles se torna muito pequeno. O valor esperado é o valor desse resultado multiplicado pela probabilidade de que esse resultado aconteça. Se houver infinitos (ou quase infinitamente) muitos deuses possíveis, então a probabilidade de você selecionar a certa para acreditar se torna infinitamente menor, tornando o valor esperado bastante pequeno também.

Pergunta de discussão: o que Pascal pode dizer em resposta à objeção de muitos deuses? Existe alguma saída para essa objeção?

Prática/dever de casa

Leia o texto sobre as ideias de W. K. Clifford e William James. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/viewFile/12749/13248>.

DIA 13 – A ÉTICA DA CRENÇA

Conteúdo:	Método:
1. A parábola do dono do navio	**1.** Discussão (*minutos)
2. Julgamento simulado (opcional)	**2.** Atividade (*minutos)
3. A ética da crença	**3.** Palestra (*minutos)
4. Virtude intelectual (opcional)	**4.** Discussão (*minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é compreender a ética da crença. Clifford argumenta que a crença sem uma boa razão não é apenas errônea, mas na verdade é imoral. Isso traz a questão de como a epistemologia e a teoria do valor estão relacionadas umas com as outras. Clifford também inspirou muitas discussões sobre os requisitos para investigação e discurso intelectual virtuosos.

Objetivos e conceitos-chave

- Os alunos devem entender a ética da crença.
- Conceitos-chave: ética da crença, valor epistêmico, valor moral.

* No que diz respeito ao tempo, esta lição tem algumas opções.

Se você usar a simulação de julgamento:

1. Discussão (5 minutos)
2. Atividade (30 minutos
3. Palestra (15 minutos)

Se você usar a discussão da virtude intelectual em vez disso:

1. Discussão (15 minutos)
2. Palestra (20 minutos)
3. Discussão (15 minutos)

1. A PARÁBOLA DO DONO DO NAVIO

Suponha que alguns emigrantes querem reservar uma passagem para um navio. O dono do navio está preocupado com a degradação do navio. Ele considera ter um engenheiro marítimo para inspecioná-lo, mas convence-se de que estará bem – o navio fez a viagem muitas vezes antes. A Providência vai proteger o navio. Ele realmente acredita que o navio vai completar com sucesso a viagem, embora não tenha investigado a situação ou peritos consultados. Ele lida com a viagem. O navio afunda e todos os emigrados perecem.

Pergunta de discussão

O proprietário do navio fez alguma coisa errada? Por que ou por que não? À medida que a classe discute essa questão, tente fazer com que os alunos pensem se "errado" nesse caso é uma noção moral ou epistêmica, ou ambas. (Em outras palavras, o dono do navio fez algo

moralmente errado – algo antiético – ou o proprietário do navio cometeu um erro, como acidentalmente obtendo seus fatos incorretos, ou ambos).

2. SIMULAÇÃO DE JULGAMENTO (OPCIONAL)

Se você optar por fazer a simulação de julgamento, você precisará pedir por voluntários ou atribuir papéis por dia ou vários dias de antecedência. No mínimo, deve haver um promotor, um advogado de defesa, o proprietário do navio, um engenheiro marinho experiente e uma ou duas testemunhas, que poderiam incluir talvez uma vítima de naufrágio sobrevivente ou duas ou alguns observadores. Você também pode ter familiares das vítimas para testemunhar sobre sua perda. Ainda pode fazer o restante da sala de jurado. Escreva alguns fatos para as testemunhas/participantes ou apenas se reúna com eles e elabore uma história de fundo. Você não precisa ser muito detalhado. A ideia-chave é que o promotor deve argumentar que o proprietário do navio é culpado de negligência, enquanto o advogado da defesa argumenta que o proprietário do navio, se confundido, não cometeu nada de corrompido. Este é basicamente um veículo para ter um debate sobre a questão de discussão acima de uma forma mais elaborada e ativa.

3. A ÉTICA DA CRENÇA

Considerando a parábola do dono do navio, Clifford diz que existem dois fatos:

1. Não havia um bom motivo/evidência de crença.
2. O proprietário do navio agiu de forma negligente para permitir a viagem sem motivo para a crença.

A afirmação de Clifford é que o proprietário do navio estava moralmente errado de acreditar sem motivo suficiente. Além disso, ele argumenta que não mudaria nada se o navio realmente estivesse seguro. Não é o conteúdo da crença, mas a justificativa que importa. O proprietário do navio poderia ter tido sorte se o navio completasse a viagem, mas ele ainda teria sido negligente.

Clifford dá outro exemplo de difamação contra líderes religiosos, no qual os líderes são falsamente acusados por pessoas que não investigaram o uso de meios injustos para ensinar suas doutrinas a crianças. Ele diz que a reivindicação não é apenas que as crenças dos acusadores são irracionais e injustificadas, nem que eles estavam errados em agir sobre elas, mas que a própria retenção das crenças é imoral. (Em outras palavras, eles não estavam errados em um sentido estritamente epistêmico – confundidos com fatos ou crenças –, mas estavam errados em um sentido moral. Ele está fazendo uma ampla afirmação de que acreditar sem motivo suficiente é errado de forma moral, desfocando epistemologia e teoria de valor. Daí o título: a ética da crença.) Ele acrescenta que não mudaria nada se as acusações tivessem sido bem-sucedidas. De novo, a verdade da crença não importa, a justificação faz.

Clifford considera uma óbvia objeção possível a sua afirmação: que não é a crença que é julgada errada, mas a ação baseada na crença. Afinal, normalmente pensamos em ações como sendo moralmente boas ou ruins, não como crenças. Clifford oferece várias respostas:

- Não podemos separar completamente a crença e a ação. Crença prejudica a pessoa em uma investigação posterior. Por exemplo, o dono do navio não poderia avaliar de forma justa a navegabilidade do navio devido às suas crenças.
- Mesmo que alguém não aja em uma crença injustificada no curto prazo, é mais difícil impedir que isso influencie outras crenças e eventualmente ações a longo prazo.
- Essas crenças influenciam outras pessoas e a cultura em geral, tanto em relação a essa questão específica como em relação à prática geral de pesquisa.

- Uma vez que não é apenas o ato que influencia os outros, mas também a crença, temos um dever universal para que outros sejam devidamente justificados, para questionar tudo o que acreditamos.
- O mal que vem à sociedade não é meramente uma crença errada, mas essa sociedade perde o hábito de testar as coisas.
- Então promove a mentira e a trapaça – se eu não me importo com a verdade na mente do meu amigo, como ela se importará com a verdade na minha mente?

Note-se que Clifford está preocupado com as consequências individuais e sociais de não ter o devido respeito pela investigação intelectual. Sua afirmação de que temos um dever universal para com os outros sermos adequadamente justificados, questionar tudo o que acreditamos, é poderoso e deu origem a muita discussão sobre o valor do discurso intelectual apropriado.

Clifford conclui o seguinte: é errado sempre, em todos os lugares e para qualquer um, acreditar em qualquer coisa com provas insuficientes (e sem um exame crítico adequado).

Ele diz que, se a alguém é ensinada uma crença na infância e evita-se, propositadamente, questioná-la, a vida desse homem é um longo pecado contra a humanidade. Ele cita Milton ao afirmar que, cristãos incondicionais, pecam se não investigam suas crenças. Curiosamente, esta é a primeira alusão oblíqua que Clifford faz da crença religiosa. Mas claramente Clifford tem uma crença religiosa em mente ao longo de tudo. Na verdade, embora ele nunca mencione Pascal nem sua aposta, a ética da crença é uma crítica ao argumento da aposta. Clifford está argumentando que não se deve acreditar, a menos que haja uma boa razão para pensar que a crença provavelmente será verdade. Obviamente, Pascal sugeriu que as pessoas acreditassem na existência de Deus por outros motivos – sem nunca dar motivos para pensar que é verdade ou provavelmente é verdade que Deus existe, mas sim por razões prudenciais. Clifford está dizendo que é imoral (negligente) acreditar por razões prudenciais (ou outras) ao invés de razões epistêmicas. Nesse sentido, Clifford está defendendo a racionalidade (e a investigação empírica) acima da emoção, fé e mesmo preocupações prudenciais quando necessárias para justificar a crença.

Clifford continua a esclarecer que o inquérito não é um tipo de coisa única. Você não resolve isso. Nunca se deve sufocar dúvidas, pois elas podem tanto ser respondidas de maneira honesta, com um inquérito já feito, quanto por algo mais que prova que o inquérito não foi concluído. Ele também responde àqueles que perguntam "E se você está muito ocupado para investigar?". Então, ele diz, você não tem tempo para acreditar!

Pergunta de discussão: e se houver problemas que façam uma diferença prática essencial para a forma como agimos, mas não temos tempo nem capacidade de investigar da maneira que Clifford exige? Poderia haver circunstâncias em que não é razoável reservar julgamento até completar uma investigação?

4. DISCUSSÃO: VIRTUDE INTELECTUAL (OPCIONAL)

Provavelmente, você fará esta discussão se você não fizer a simulação de julgamento. Dirija uma discussão sobre o que significa ter investigação e discurso virtuosos. Quais são os requisitos para justificar crenças? Temos um dever universal para que outros sejam devidamente justificados, para questionar tudo o que acreditamos? O nosso discurso público atual está à altura disso?

Dever de casa

Leia o texto sobre as ideias de W. K. Clifford e William James. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/viewFile/12749/13248>.

DIA 14 – A VONTADE DE ACREDITAR

Conteúdo:	Método:
1. A vontade de acreditar	**1.** Palestra/discussão (15 minutos)
2. Valores epistemológicos	**2.** Palestra/discussão (15 minutos)
3. Opções genuínas e crenças religiosas	**3.** Conferência/discussão (10 minutos)
4. Fé e racionalidade	**4.** Discussão (10 minutos)

Apresentação

O objetivo de hoje é entender a vontade de acreditar. Respondendo à Ética da Crença de Clifford, James argumenta que existem situações em que a recusa de acreditar enquanto aguarda boas razões é contraproducente. Em vez de evitar erros em nossas crenças, devemos tentar obter a verdade (com a verdade definida de forma pragmática).

Objetivos

- Os alunos devem entender a vontade de acreditar.
- Conceitos-chave: vontade de acreditar, valores epistêmicos, evitando erros, ganhando verdade, pragmatismo.

1. A VONTADE DE ACREDITAR

A *Vontade de Acreditar*, de William James, é uma resposta direta à Ética da Crença, de Clifford. James argumenta, basicamente, que existem situações nas quais simplesmente reservar julgamento não é possível ou, pelo menos, não vale a pena. Nessas situações, pode ser admissível e talvez até melhor acreditar. Em essência, como pragmático, James argumenta que o objetivo epistemológico primário não deve evitar o erro, mas sim tentar ganhar a verdade (com a verdade medida pelo sucesso prático).

James começa com algumas definições. Uma hipótese é qualquer coisa que possa ser proposta a nossa crença – uma possível crença que possamos considerar, por assim dizer. Uma opção é uma escolha entre duas hipóteses. James diz que as opções podem ser:

- Vivo ou morto: uma opção de vida é aquela em que ambas as hipóteses são vivas para a pessoa que as considera, o que significa que elas podem realmente adotar porque fazem algum apelo à crença da pessoa. Algumas hipóteses, obviamente, nem estariam em consideração para algumas pessoas.
- Forçado ou evitável: uma opção forçada é aquela em que a pessoa deve tomar uma decisão. Por exemplo, se tivermos a opção de sair com ou sem o seu guarda-chuva, você pode evitar a opção completamente por não sair. Da mesma forma, você pode evitar amar ou odiar alguém permanecendo indiferente. Por outro lado, quando confrontado com um dilema lógico, por exemplo P □ ¬ P, não há possibilidade de não escolher.
- Momentâneo ou trivial: algumas opções são importantes porque possuem significado e/ou apresentam uma oportunidade única. As opções são triviais quando a oportunidade não é única, a participação é insignificante, ou quando a decisão é reversível mais tarde. Por exemplo, um químico pode investir algum tempo no teste de uma hipótese, mas, se as experiências não forem conclusivas, ela perde algum tempo, mas nenhum dano vital foi feito.

James define uma opção genuína como uma que é viva, forçada e importante. Ele argumentará que a opção de acreditar em Deus é uma opção genuína e que, no caso de opções genuínas, é correto adotar uma crença, mesmo que haja risco de erro.

James reconhece que não podemos escolher acreditar apenas em qualquer coisa voluntariamente. Aqui ele comenta sobre a Aposta de Pascal. Se você se lembra, essa observação foi uma das objeções à Aposta de Pascal que discutimos. Parece que a própria crença de Pascal em Deus veio de alguma outra fonte (e não da Aposta), e o argumento da aposta é, na verdade, um último esforço para convencer os não crentes! Afinal, a Aposta não leva a acreditar pelos motivos certos – a divindade provavelmente quer negar a recompensa (de felicidade eterna) a alguém que acredita apenas porque ele ou ela quer essa recompensa. Além disso, ele diz, o argumento não funcionaria para alguém de uma tradição diferente, como um muçulmano, porque a crença no cristianismo provavelmente não seria a vida dessa pessoa (assim como, segundo ele, uma versão que apoia algum outro deus provavelmente não seja viva para um cristão). James admite que falar de nossa fé por nossa vontade (e não por uma boa razão) parece, de um ponto de vista, bobo ou mesmo imoral.

No entanto, James diz que a suposição de que tudo o que resta para gerar crenças é que a razão pura é errada, de fato. Quase todas as nossas crenças resultam da nossa "natureza voluntária", isto é, fatores além de evidências: medo, esperança, preconceitos, pressões sociais, influência etc. Isso parece inevitável, diz ele. [Discussão: é realmente inevitável? Mesmo que seja, devemos nos esforçar para evitá-la ou abraçá-la voluntariamente?] Mesmo nossa crença na própria verdade, ele afirma, é apenas um desejo apaixonado que apoiamos pelo nosso sistema social. [Pergunta de discussão: o que significaria dizer que a verdade não existe? Isso é inteligível?] Então, as crenças podem ser voluntárias e somente as reivindicações que não são "vivas" não podem ser aceitas voluntariamente, conclui James. [Pergunta de discussão: James combina as crenças voluntárias com as crenças que resultam dos "fatores passionais" que ele descreveu. Em outras palavras, não poderia uma crença que provenha de fatores passionais ser involuntária – não é realmente o mais provável?] Com essa luz, James diz que a Aposta de Pascal é realmente um argumento, ele faz o acordo para aqueles que já estão passando deste jeito.

Tendo reconhecido que as crenças parecem realmente resultar da nossa natureza passional, ele pergunta se isso é errado e patológico ou normal. James diz que defenderá esse princípio: *Nossa natureza passional* não *só legalmente pode, mas deve decidir uma opção entre proposições, sempre que se trata de uma opção genuína que, pela sua natureza, não pode ser decidida por motivos intelectuais; para dizer, em tais circunstâncias, "N*ão decida, mas deixe *a questão aberta", é em si uma decisão passional – como decidir entre sim ou não – e é acompanhada pelo mesmo risco de perder a verdade*. [Pergunta de discussão: o que exatamente significa esse princípio?].

2. VALORES EPISTÊMICOS

James considera dois deveres de conhecimento:

- Devemos saber a verdade.
- Devemos evitar erros.

Estes não são os mesmos. Se conhecemos a verdade, evitamos o erro, mas se evitarmos a falsidade, podemos cair em outras falsidades ou não acreditar em nada. Como pesamos essas cores de forma diferente em nossas vidas intelectuais, Clifford nos exorta a evitar o erro, a reservar julgamento se não houver provas suficientes para que não acreditemos em mentiras. James sugere que as bênçãos do conhecimento real superam o risco; devemos estar prontos para ser enganados muitas vezes nas investigações para que não adiem indefinidamente a chance de adivinhar a verdade. James continua dizendo que esses sentimentos de nosso dever sobre a verdade ou o erro são apenas expressões da nossa vida passional, ou seja, quão hor-

rível você sente que deve ser enganado?

James continua, como veremos, para esclarecer e defender sua posição. Mas nós atingimos o ponto crucial. James está sugerindo algumas ideias muito poderosas. Por um lado, essa epistemologia é sobre não apenas fatos ou critérios objetivos para avaliação de reivindicações, mas depende de valores (valores epistêmicos). Ele fornece dois valores principais para escolhermos e apresenta a si e a Clifford como essencialmente escolhendo lados opostos. [Pergunta de discussão: poderia haver outros valores epistêmicos?] Nós tendemos a pensar na epistemologia como fornecendo diretrizes para o que acreditar. Mas se James está certo sobre a existência de valores na base da epistemologia, então, como devemos descobrir para qual acreditar? Parece que podemos rapidamente entrar em um problema de regredir. James sugere que decidamos com base em nossas paixões, que Clifford certamente não concordaria! [Pergunta de discussão: James está implorando a questão sugerindo que nossos sentimentos sejam usados para escolher nossos valores epistêmicos? De que outra forma poderemos fazer isso?]

3. OPÇÕES GENUÍNAS E CRENÇAS RELIGIOSAS

James continua a considerar como devemos equilibrar ganhando verdade e evitar erros, porque é difícil fazer as duas coisas. James admite que devemos reservar julgamento se uma opção não for importante. Nesses casos, obter a verdade não é tão gratificante, pois precisamos arriscar acreditar em falsidades. Este é quase sempre o caso, diz ele, em questões científicas, e também em assuntos humanos em geral, em que a necessidade de agir não é tão urgente. Um tribunal de justiça, no entanto, seria o contrário. James pensa que com a ciência as perguntas são opções triviais, as hipóteses são "dificilmente vivas" (pelo menos para espectadores não científicos), e a escolha entre acreditar na verdade ou na falsidade é evitável. [Pergunta de discussão: essa afirmação sobre ciência está realmente correta?]. Então, com a ciência, o ideal é esperar, imparcial, para provas suficientes.

Com questões morais, porém, a solução não pode esperar por provas sensíveis. As perguntas morais não são sobre o que existe, mas o que é bom ou seria bom se existisse; com questões morais, comparamos valores, enquanto a ciência nos diz o que existe. Existem verdades morais? Em caso afirmativo, quais são verdadeiras? James diz que isso só pode ser respondido por corações, pela paixão e não pelo intelecto. A questão de ter crenças morais ou não é decidida por nossa vontade. [Pergunta de discussão: como, em contraste, Clifford provavelmente tentaria responder a essas perguntas?] James continua dizendo que alguns fatos não podem vir sem uma fé preliminar em sua vinda; a fé em um fato pode ajudar a criar o fato, por exemplo, uma equipe em que um tem fé no outro.

Na verdade dependente de nossa ação pessoal, então, a fé baseada no desejo é legal e possivelmente indispensável. Nossas ações podem afetar a verdade, e nossas crenças afetam a forma como agimos; é assim que a fé em um fato pode ajudar a criar esse mesmo fato. Mas, e a religião? James sugere que a ciência diz que as coisas são, moral que algumas coisas são melhores do que outras. A religião diz duas coisas, de acordo com James: 1. As melhores coisas são as coisas mais eternas; 2. Estamos melhor, mesmo agora, se acreditarmos #1. [Pergunta de discussão: isso é realmente tudo o que a religião diz? Isso não parece muito escasso?] Para aquelas pessoas que consideram a religião como uma opção ao vivo, é importante (nós devemos ganhar com a crença e perder com a não crença um bem vital) e também forçado (se resolvemos julgar, nós perdemos o bem, como se não acreditássemos). Os não fiéis dizem que é melhor arriscar a perda da verdade do que o erro casual, de acordo com James, mas a pessoa não fiel está apoiando o campo contra a hipótese religiosa, assim como um crente apoia a hipótese religiosa *versus* o campo. O não crente diz que devemos ceder ao medo do erro tão sábio do que ceder à esperança de que seja verdade. [Pergunta de discussão: observe a retórica que James usa aqui, atribuindo medo e esperança para apoiar seu lado; isso parece razoável?] James diz que não é intelecto contra todas as paixões, mas sim é intelecto com uma paixão (medo) que estabelece sua lei – mas o ludíbrio através da esperança não é pior do que o ludíbrio com medo, diz James. [Pergunta de discussão: existem realmente apenas

duas opções, aceitar a religião e ter a chance de um grande bem ou se recusar a aceitá-la e perder essa chance? Isso soa como Pascal, mas não existem muitas opções, porque existem muitos deuses e religiões possíveis?] Além disso, assim como uma pessoa que não confia em outros se retira das valorizações sociais, aquele que não considera a religião uma opção viável se privaria de interagir com um deus pessoal, como um membro da equipe que não confia em colegas de equipe. [Pergunta de discussão: isto pede um questionamento? James não tem onde se basear para progredir com alguém que não considera a crença em Deus uma opção relevante?] James diz que uma regra de pensamento impediria absolutamente de reconhecer (acreditar) certos tipos de verdade se esses tipos de verdade fossem regras irracionais, então não devemos limitar-nos apenas ao intelecto. A liberdade de acreditar cobre apenas opções de vida que o intelecto do indivíduo não pode, por si só, resolver. Nós temos que agir de qualquer maneira, e a crença é medida pela ação, então a crença proibida também nos proíbe de agir como deveríamos se acreditássemos que fosse verdade.

4. FÉ E RACIONALIDADE

Para resumir, James está dizendo que, para aquelas pessoas que consideram a religião como uma opção relevante, ela é também crucial e forçada e, portanto, uma opção genuína. Para opções genuínas, devemos seguir seu princípio de que devemos decidir por motivos passados se a opção não puder ser decidida pelo intelecto. Portanto, devemos decidir sobre religião (se é uma opção relevante para nós) com base em nossas paixões. James está defendendo a fé sobre a racionalidade quando se trata de crenças religiosas. Claro, Clifford leva uma linha muito diferente. Clifford é um campeão da racionalidade. É negligente e imoral acreditar sem motivo suficiente. Com o tempo restante da aula, faça uma discussão sobre qual a visão que os alunos pensam ser mais razoável: as crenças devem ser fundadas na racionalidade ou, em algumas circunstâncias, a fé deve ter razão?

DIA 15 – CONCLUSÃO

Conteúdo:	**Método:**
1. Escrita em sala de aula	**2.** Escrita em sala de aula (50 minutos)
2. Egoísmo psicológico	**3.** Aula e discussão (15 minutos)

Orientações ao professor

O objetivo de hoje é encerrar a unidade na filosofia da religião. O meio sugerido é fazer com que os alunos escrevam um ensaio na sala de aula. Fazer isso deve dar-lhes prática, redigindo um ensaio filosófico, além de proporcionar uma oportunidade de avaliação. Se você quiser um encerramento mais ativo, um debate é uma segunda opção.

Objetivos

- Os alunos devem demonstrar compreensão de uma das questões-chave na filosofia da religião.
- Os alunos devem adquirir prática ao escrever filosoficamente.

1. ESCRITA EM CLASSE (OPÇÃO 1)

Peça aos alunos que passem a aula escrevendo um ensaio que responda a uma das seguintes questões de sua escolha:

a) As crenças religiosas devem basear-se na fé, racionalidade ou em ambos? Justifique sua resposta. Certifique-se de explicar os valores epistêmicos e seu papel neste debate.

b) O que é o argumento cosmológico? Escolha pelo menos uma objeção ao argumento cosmológico e explique-o. Como um defensor do argumento cosmológico responderia? O argumento cosmológico ou a objeção são decisivos?

c) O que é o argumento teleológico? Escolha pelo menos uma objeção ao argumento teleológico e explique-o. Como um defensor do argumento teleológico responderia? O argumento teleológico ou a objeção são decisivos?

d) O que é o argumento ontológico? Escolha pelo menos uma objeção ao argumento ontológico e explique-o. Como um defensor do argumento ontológico responderia? O argumento ontológico ou a objeção são decisivos?

e) Qual é o problema do mal? Como um teísta pode defender a crença religiosa do problema do mal? A defesa é suficiente ou o problema do mal é decisivo?

2. DEBATE EM CLASSE (OPÇÃO 2)

Se você preferir encerrar a unidade da filosofia da religião com uma atividade em vez de um exercício de escrita, você pode usar um debate. Existem diretrizes e dicas para o debate na quinta lição da unidade de vontade livre e na lição dois da unidade de filosofia política. Uma equipe deve argumentar que a racionalidade deve nos guiar quando se trata de crenças sobre religião (indo a favor de Clifford) enquanto a outra deve argumentar que a fé (fatores passados) deveria ser usada (indo a favor de James).